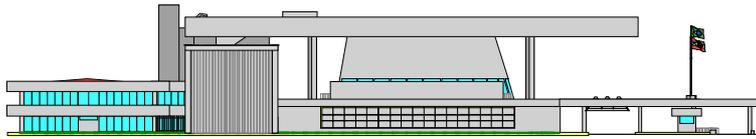


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 29 DE JUNHO DE 2011

NÚMERO 6.302

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino de Oliveira
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta
Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino de Oliveira
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Dirce Heiderscheidt
Maurício Eskudlark
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino de Oliveira
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2302 EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 009ª Sessão Especial realizada em 27/06/2011, às 19h 2 Ata da 057ª Sessão Ordinária realizada em 28/06/2011 5</p> <p>Publicações Diversas Decreto Legislativo 16 Ofícios 16 Projetos de Lei 18 Redações Finais 20</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 009ª SESSÃO ESPECIAL

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2011, ÀS 19H

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM PELA PASSAGEM DOS 180 ANOS DE FUNDAÇÃO DA

IMPrensa CATARINENSE

SOLICITAÇÃO DEPUTADO MARCOS VIEIRA

SUMÁRIO

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Ressalta a importância de uma imprensa atuante e independente para o fortalecimento da democracia no país.

JORNALISTA ADEMIR ARNON - Destaca o papel da imprensa de interlocutor entre o governo e a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido os srs. deputados Neodi Saretta e Edison Andrino para conduzirem à mesa as autoridades que serão nominadas para compô-la.

Excelentíssimo senhor prefeito municipal de Florianópolis, Dário Berger;

(Palmas)

Ilustríssimo senhor jornalista Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa - Casa do Jornalista;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Wilson Wandall, neste ato representando o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssima senhora deputada federal Carmen Zanotto;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado federal Pedro Uczai;

(Palmas)

Ilustríssimo senhor Pedro Peiter, presidente da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão, Acaert;

(Palmas)

Ilustríssimo senhor Miguelangelo Gobbi, presidente da Associação dos Jornais do Interior, Adjori;

(Palmas)

Ilustríssima senhora Isabel Christina Antunes Baggio, presidente do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado de Santa Catarina, Sindjor;

(Palmas)

Ilustríssimo senhor Ámer Felix Ribeiro, presidente dos Diários do Interior;

(Palmas)

Ilustríssimo senhor deputado Manoel Mota, o deputado com maior número de mandatos nesta Casa, neste ato representando os demais deputados presentes.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão especial foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais deputados desta Casa, em homenagem à imprensa catarinense pela passagem dos seus 180 anos de fundação.

Convido todos para, de pé, ouvirmos o hino nacional, que será interpretado pelo Coral da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Agradecemos a presença das seguintes autoridades:

Senhor Márcio Vicari, presidente em exercício da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Santa Catarina;

Senhor Paulo César da Costa, secretário de estado de Assuntos Estratégicos; Jornalista Moacir Pereira, representando o jornal *Diário Catarinense*;

Senhor José Carlos Pacheco, ex-presidente do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina;

Senhor Antônio Gavazzoni, presidente das Centrais Elétricas de Santa Catarina;

Senhor Laudecir José Gonçalves, vice-presidente da Câmara Municipal de Três Barras;

Major João Carlos de Moraes Simões, representando neste ato o general Décio dos Santos Brasil, comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Senhor Ozeas Mafra Filho, secretário-adjunto de Turismo, neste ato representando o secretário, deputado estadual Cesar Souza Júnior;

Senhor Joceli de Souza, presidente da Fundação Catarinense de Cultura;

Senhor Marcelo Petrelli, vice-presidente executivo do Grupo RIC Record;

Senhor Mauro Fiuzza, representando a Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo;

Senhora Derli Francisco, representando neste ato a Legião da Boa Vontade;

Senhor Eduardo Correia, neste ato representando a Fesporte;

Senhor Salomão Matos Sobrinho, secretário municipal de Serviço Público de Florianópolis;

Senhor Alberto Gonçalves de Souza Júnior, neste ato representando a OAB/Sul, seccção de São José;

Senhor Claiton Selistre, diretor de Jornalismo do Grupo RBS;

Senhora Margarete Wosnes, neste ato representando o *Jornal do Povo*;

Senhor Salvador dos Santos, secretário de comunicação da Udesc;

Senhor Paulo Benjamim Fragoço Gallotti, diretor Institucional e Jurídico do Grupo RBS/SC;

Senhora deputada estadual Angela Abino;

Senhor deputado federal Gean Loureiro, que acaba de chegar, o nosso cumprimento e o agradecimento pela presença;

Senhoras e senhores!

Solicito ao eminente deputado Manoel Mota que assuma a presidência dos trabalhos desta sessão, para que este deputado possa fazer seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Deputado Marcos Vieira, o requerimento de v.exa. foi aprovado por unanimidade, para que ocorresse esta sessão especial, por isso queremos cumprimentá-lo.

Tem a palavra v.exa.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Excelentíssimo senhor prefeito de Florianópolis, Dário Berger;

Ilustríssimo jornalista Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa e Casa do Jornalismo;

Excelentíssimo senhor Wilson Wan-Dall, neste ato representando o Tribunal de Contas do Estado;

Excelentíssimas deputadas Carmem Zanotto e Angela Albino;

Excelentíssimo senhor deputado Pedro Uczai, nosso ex-colega da Assembleia Legislativa;

Excelentíssimos senhores deputados Edison Andrino e Neodi Saretta, que se fazem presentes;

Ilustríssimo senhor Pedro Peiter, presidente da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão;

Senhor Miguel Gobbi, presidente da Associação dos Jornais do Interior - Adjori-SC;

Senhora Isabel Christina Antunes Baggio, presidente do Sindicato das Empresas e Proprietários de Jornais e Revistas de Santa Catarina;

Senhor Ámer Felix Ribeiro, presidente dos Diários do Interior.

Quero cumprimentar o meu amigo Osmar Slidin, um dos mais antigos homens de imprensa ainda em atividade em Santa Catarina e em seu nome cumprimento todos aqueles que fazem a imprensa em Santa Catarina, não só os que estão presentes, mas os que também estão nos vendo através da TVAL e nos ouvindo pela Rádio Alesc Digital.

Senhoras e senhores,

(Passa a ler.)

"A história nos ensinou que a memória dos povos foi escrita pelos vencedores. Uma única versão de um fato levada adiante se tornou a verdade perpetuada. Mas nos últimos três séculos as diferentes versões dos acontecimentos começaram a tomar força, e a democracia ganhou um aliado que acabou se tornando o seu principal defensor: a imprensa. Em Santa Catarina não foi diferente. O lagunense Jerônimo Francisco Coelho deu voz às mais contrárias correntes fundando *O Catharinense* e com th. Conselheiro do império, deputado provincial, ministro da guerra e líder maçônico entre outras destacadas atividades que exerceu, Jerônimo Coelho foi uma das figuras mais importantes da nossa história.

O jornal *O Catharinense* circulou pela primeira vez na então Desterro, capital da nossa província, no dia 28 de julho de 1831. Em razão desta data, o então governador Luiz Henrique da Silveira, em 2004, instituiu como sendo o dia 28 de julho de cada ano o dia para celebrarmos no nosso estado o Dia da Imprensa Catarinense. E desde a sua primeira edição, que trazia os dizeres União, Liberdade, Independência ou Morte, o jornal *O Catharinense* deu a largada para uma longa história de sucesso.

Atualmente, a imprensa catarinense conta com mais de 200 jornais, dos quais 50 diários, que atendem a quase quatro milhões de leitores. São mais de 300 emissoras de rádio, comerciais e comunitárias, e TV que levam a todo o nosso território as mais variadas manifestações, deixando que o público tire as suas próprias conclusões, cumprindo o papel que se espera de um veículo de comunicação.

Quero até fazer um pequeno parêntese do quanto sempre foi importante o rádio. Fui morar em Concórdia em 1974. Já lá se vão praticamente 37 anos. Eu, manezinho do litoral, morando no oeste, onde não havia praticamente nenhuma diversão, escutava durante o dia a *Rádio Guaíba*, a *Rádio Gaúcha*, a *Rádio Nacional* e a *Rádio Globo*. Ou seja, do litoral, nada. Muitas vezes, durante o mês, passava as madrugadas acordado para saber

notícias de Florianópolis e escutava, por intermédio das ondas curtas, a *Rádio Guarujá*, que funciona até hoje. Então, vejam o quanto evoluiu a imprensa catarinense, especialmente a radiodifusão.

Também pelas páginas do *Correio Lageano*, da região serrana, do *Diário do Iguacu*, da região de Chapecó, do *Diário Catarinense*, que cobre todo o estado, ou do *Notícias do Dia*, milhares de leitores podem acompanhar todos os dias o que acontece na sua terra e no mundo.

Tão importante quanto os diários, são os veículos semanais, os quinzenais e o mensais. Eles atingem um público ainda mais específico, em cidades às vezes desconhecidas da grande mídia. Assim, posso citar o *Novo Oeste*, de Maravilha, *O Falcão*, de Abelardo Luz, ou o *JA*, de Anitápolis, dentre tantos outros.

Também faço questão de dizer que gosto do jornal físico, ainda não me acostumei com a edição *on-line*. Ler todo dia o físico é algo extraordinário para mim. E faço questão de ler praticamente, entre semanários, quinzenais, mensais e diários, cerca de 70 jornais todas as semanas. Quando viajo, a primeira coisa que faço, quando chego numa cidade, é procurar uma banca e comprar um jornal ou mesmo retirá-lo na recepção do hotel ou no balcão de um restaurante.

(Palmas)

E há outra particularidade, ex-deputado Wilson Wan-Dall. Todos sabem que sou do PSDB e no meu partido faço pessoalmente, desde 1994, o *clipping* de Santa Catarina. Recorto pessoalmente as notícias referentes ao PSDB. Tenho tudo isso guardado em caixas e estou microfilmando na sede do partido em Florianópolis, porque já doe para o PSDB.

As emissoras de rádio continuam integrando comunidades em tempo real, fazendo um serviço comunitário essencial, como é o caso da *Rádio Caçanjurê*, que está completando 63 anos de existência neste mês, a *CBN Diário*, de Florianópolis, a *Rádio Belos Montes*, de Seara, a *Rádio Comunitária*, de Santo Amaro da Imperatriz, a *Super Condá*, de Chapecó, e a *Peperi*, de São Miguel d'Oeste. São centenas e centenas de rádios. Já temos mais de 300 rádios comerciais ou comunitárias em Santa Catarina, levando sempre a pronta informação.

Somos também muito bem servidos de emissoras de TV, como a *RBS TV*, a *RIC Record*, o *SBT*, a *Band*, sem falar dos canais regionais, como a *Primer TV*, de São José. Não posso deixar de citar a *TVAL*, que leva notícias do Parlamento para todo o estado, e aproveito a oportunidade para agradecer aos servidores, que têm dado uma atenção especial aos deputados.

A qualidade não se resume aos veículos tradicionais. Na era digital, também temos exemplos de sucesso editorial tanto com os grandes grupos quanto com as iniciativas menores, como o *site DeFato*, do oeste do estado.

E assim poderia continuar citando diversas outras empresas que tão bem cumprem seu dever com independência e profissionalismo. Não é por acaso que Santa Catarina possui uma associação de imprensa organizada há mais de 80 anos e que é atuante e comprometida com a ética e com o dever da pronta e boa informação.

Essa união resultou em associações sólidas como a ACI (Associação Catarinense de Imprensa), a ADI (Associação

dos Diários do Interior), a Adjori (Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina), a Acaert (Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão) e o Sindejour (Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas), que ajudam a consolidar os princípios plantados por Jerônimo Coelho há 180 anos.

Também não poderia deixar de citar a capacidade dos profissionais que buscam as informações com zelo, que o eleitor, o ouvinte e o telespectador merecem.

Neste ano não somente a imprensa catarinense tem a comemorar. Todos nós, que somos usuários diários dessas ferramentas essenciais à sociedade, devemos celebrar, pois quanto mais forte e independente é a imprensa de um povo, mais livres e esclarecidos serão seus cidadãos.

Parabéns à imprensa catarinense, mas parabéns, sobretudo, à nossa sociedade, que sempre foi muito bem informada.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Convido o mestre de cerimônias, Washington Luis Mignoni, para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - Neste momento o Parlamento presta homenagem à imprensa catarinense e homenageia as entidades pela sua luta em prol da liberdade de imprensa, mobilizando a sociedade sobre as ações e responsabilidades dos profissionais e dos veículos de comunicação.

Convido o sr. deputado Marcos Vieira para fazer a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, à Associação Catarinense de Imprensa, neste ato representada pelo jornalista Ademir Arnon, seu presidente.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido os srs. deputados Marcos Vieira e Edison Andrino para fazerem a entrega da homenagem à Associação de Jornais do Interior de Santa Catarina.

Convido para receber a homenagem o sr. Miguel Angelo Gobb, presidente.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Marcos Vieira e a sra. deputada Angela Albino para fazerem a entrega da homenagem à Associação dos Diários de Interior.

Convido para receber a homenagem o sr. Ámer Felix Ribeiro, presidente.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido os srs. deputados Marcos Vieira e Manoel Mota para fazerem a entrega da homenagem à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão.

Convido para receber a homenagem o sr. Pedro Peiter, presidente.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido os srs. deputados Marcos Vieira e Neodi Saretta, juntamente com os

deputados federais Carmen Zanotto, Pedro Uczi e Gean Loureiro, para fazerem a entrega da homenagem ao Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado de Santa Catarina.

Convido para receber a homenagem a sra. Isabel Christina Antunes Baggio.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir teremos a apresentação do Coral da Assembleia Legislativa, que nos brindará com a música *Terra das Aroeiras*, de Nelson Russi Wagner e arranjo de Moacyr Porte.

(Procede-se à interpretação da música.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) - Faço questão de registrar a presença do presidente desta Casa, eminente deputado Gelson Merisio, aproveitando a oportunidade para agradecer-lhe a delegação de presidir esta sessão especial.

Também quero registrar que existe a idéia de construir o museu da comunicação em Santa Catarina. Inclusive, à época em que era secretário de estado da Administração, atendendo a uma solicitação da Casa do Jornalista e da Associação Catarinense de Imprensa, mandei reformar a primeira máquina linotipo, datada de 1930, pela Imprensa Oficial do Estado. O então governador Luiz Henrique da Silveira assinou um decreto de doação para que essa máquina faça parte do futuro museu da comunicação de Santa Catarina.

Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados da imprensa catarinense, o jornalista Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa.

O SR. JORNALISTA ADEMIR ARNON - Gostaria de agradecer a presença do deputado Gelson Merisio, amigo e parceiro, e saudar o deputado Marcos Vieira, em nome de quem cumprimento todos os deputados estaduais e federais aqui presentes.

Gostaria de cumprimentar o meu amigo Dário Berger, prefeito desta capital, e em seu nome saudar todas as demais autoridades presentes.

Não poderia deixar de fazer um cumprimento especial ao meu querido amigo Antônio Gavazzoni, presidente da Celesc, meu particular amigo.

Sinto-me muito agradecido e honrado com a presença de todos vocês.

(Passa a ler.)

“O primeiro dever do homem em sociedade é ser útil aos membros dela” (Hipólito da Costa, patrono da imprensa brasileira).

Sejam minhas primeiras palavras de agradecimento e saudação especial mais uma vez ao presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, e a todos os deputados que aprovaram a realização desta sessão comemorativa aos 180 anos da imprensa catarinense e dela participam. Uma menção especial ao nosso querido amigo, deputado Marcos Vieira, que propôs a solenidade e que tem sido um parceiro de todas as entidades de comunicação e um colaborador constante da Associação Catarinense de Imprensa - Casa do Jornalista.

Em nome de todos os colegas da imprensa catarinense agradeço àqueles que aqui comparecem para este marcante evento.

Mais do que comemorar o aniversário de fundação da imprensa catarinense, esta solenidade presta uma justa homenagem a todos aqueles que atuam nos meios de comunicação do nosso estado, pelos bons serviços prestados ao longo de todos esses anos. Fortaleza da cidadania, pilar da democracia, a imprensa tem um valor em si mesma e por isso merece ser reverenciada sempre.

Por respeito à história e à verdade, cumpri-me enaltecer neste ato a figura de Jerônimo Coelho, o fundador da imprensa no estado de Santa Catarina. Ele, que foi distinguido como o mais ilustre catarinense no Império, o lagunense que orgulha a terra de Anita Garibaldi há dois séculos, é também o fundador da maçonaria de Santa Catarina.

No editorial de lançamento de *O Catharinense*, em 28 de julho de 1831, enfatizava o patrono da imprensa de Santa Catarina, na antiga Desterro:

‘Catarinenses, em meus escritos não terão de aparecer rasgos de sublimidade; contudo, meu estilo, ainda que rude, exprimirá somente a imagem pura da verdade. Despidia de lisonja e das vis adulações, não tributarei homenagens se não à lei, à razão e à justiça.’

Mudou muito a comunicação de lá para cá. Surgiram o rádio e a televisão, os meios se multiplicaram. E agora, nessa fantástica era digital, a internet produz revoluções no mundo todo, elevando o acesso à informação. Mais do que isso, as redes sociais adquiriram uma força excepcional, pois levam mais informação, elevando o nível de conscientização política da sociedade, resultando, conseqüentemente, no aprimoramento da democracia. Tudo isso converge para dar mais força e mais vitalidade à cidadania.

Não há mais dúvida de que a era da comunicação digital veio para ficar. Hoje, as redes sociais cumprem um papel importantíssimo no campo da pluralização da informação. O cidadão que deseja buscar informação não mais está refém dos meios convencionais de comunicação. Por outro lado, aqueles que reclamavam por mais espaço na mídia têm agora, com a internet, uma poderosa ferramenta de propagação de ideias e opiniões. São inúmeros os exemplos de que a comunicação contemporânea fortalece os movimentos sociais, como se observa neste momento, em Santa Catarina, em relação à greve do magistério.

Esse fenômeno de expansão digital explica a solidariedade que os professores recebem de setores da imprensa e também da própria sociedade. Nesse aspecto, é forçoso registrar que a mídia, de um modo geral, tem contribuído significativamente no processo de interlocução entre governo e sociedade.

A imprensa catarinense, portanto, cumpre a contento o papel que lhe cabe, pois traz para o centro do debate os principais anseios da sociedade, quais sejam, professores melhor remunerados, escolas em boas condições de uso, visando uma educação com cada vez mais qualidade. E, de igual forma, pode-se dizer em relação à área da Saúde e da Segurança Pública. Esse deve ser o compromisso maior do estado para com o cidadão catarinense.

Por esta razão nós, da Associação Catarinense de Imprensa - Casa do Jornalista, manifestamos o nosso desejo de que prevaleça a legalidade e, sobretudo, o bom senso.

A imprensa tem muito a comemorar nesses 180 anos em que escreveu e fez a história de Santa Catarina.

Em 2011, senhoras e senhores, contamos, no estado de Santa Catarina, com mais de 250 jornais, 104 emissoras de TVs, 108 emissoras FM, além de 16 cursos de comunicação.

Ocupo esta tribuna, com muito orgulho, para conchamar todos os colegas a participar dessa entidade mater da comunicação catarinense, que é a nossa ACL, Casa do Jornalista.

Precisamos envidar esforços, reforçar os laços que nos unem, sobretudo nessa quadra da história em que surgem ameaças à liberdade de expressão. Nunca é demais lembrar as palavras do ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres de Brito: 'imprensa e democracia são irmãs siamesas'.

Senhoras e senhores, a melhor maneira de celebrarmos os 180 anos de lançamento do jornal *O Catharinense* é reafirmar os propósitos de Jerônimo Coelho e seu exemplo magnífico como cidadão, homem público e como homem de imprensa.

Como proclamava o saudoso historiador e amigo Carlos Humberto Correa, parafrazeando Henrique Boiteux, primeiro biógrafo de Jerônimo Francisco Coelho:

'Pobre nasceu, de mãos limpas viveu e com elas puras morreu. Viveu na sua honradez e probidade, uma vida sem fausto e sem luxo: acomodava-se às suas circunstâncias e a muitos que lhe estranhavam aquele modo de proceder contentava-se em dizer: A minha pobreza é a minha riqueza'.

Obrigado e boa-noite!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) - Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino de Santa Catarina, interpretado pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva, ao qual registramos os nossos agradecimentos.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa, bem como a todos que nos honraram com a sua presença, convidando-os para o coquetel no *hall* deste Poder.

Antes de encerrar a presente sessão convocamos outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 057ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Sargento Amauri Soares - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Aborda o fato de Santa Catarina ser destaque nacional de inverno.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se à audiência pública em Joinville; manifesta-se sobre a necessidade de recursos na área da Saúde; aborda a recuperação de drogados e apenados.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Aborda o impasse entre governo e magistério.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Manifesta-se acerca do Fundeb.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Faz uma reflexão sobre a greve; reporta-se ao Orçamento do estado.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Cumprimenta a deputada pela manifestação.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Posiciona-se a respeito do sistema prisional de SC; manifesta-se em defesa dos professores.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Reporta-se à audiência pública da comissão de Transportes; aborda as negociações entre governo e magistério.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Valmir Comin.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Analisa a greve do magistério; aborda o edital de licitação das autoescolas.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Posiciona-se quanto à greve do magistério.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Solidariza-se com o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Tece considerações a respeito dos projetos do secretário Paulo Bornhausen; alerta para o estrangulamento do sistema prisional do estado.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Manifesta-se a respeito da greve do Magistério; posiciona-se a respeito da atuação do governo estadual.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença na Casa do vice-prefeito de São Bento do Sul, Flávio Ervino Schuhmacher.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Ressalta a intenção da Assembléia de apoiar a retirada do Fundeb do cálculo do duodécimo.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Posiciona-se a respeito da posição da Alesc pela retirada do Fundeb da base de cálculo da RCL.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Solidariza-se com o deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Joares Ponticelli.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores. (São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência cumprimenta todas as senhoras e senhores presentes neste plenário na tarde de hoje.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Edison Andriano, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, professores aqui presentes, em todos os

jornais importantes de circulação nacional, hoje, como a *Folha de S. Paulo*, *O Estadão*, *O Globo*, inclusive os jornais de Santa Catarina, está colocado em sua primeira página o título Santa Catarina.

Nenhuma cidade tem aparecido tanto nos jornais nesse período como a cidade de São Joaquim, acompanhada pelas cidades de Urubici, Urupema, Rio Rufino, Bom Retiro. Enfim, Santa Catarina é destaque nacional durante o inverno. E se formos comparar a beleza natural da serra de Santa Catarina com a beleza natural de Gramado e Canela, veremos que não há comparação. Ou seja, a serra catarinense, a beleza das cidades serranas de Santa Catarina são maiores do que as cidades do Rio Grande do Sul, principalmente as cidades de destaque nacional pelo turismo de inverno, que são Canela e Gramado.

Mas o que falta para que possamos alcançar, deputado Moacir Sopelsa, o estágio de turismo e a importância das cidades da serra do Rio Grande do Sul, no cenário do turismo nacional, sr. presidente? Que o governo de Santa Catarina incentive os empresários e a população, de uma maneira geral, no sentido de mudar um pouco o conceito do empresário de turismo na região serrana catarinense.

Se formos, hoje, deputada Angela Albino, a Urubici, que é o segundo maior criador de truta do Brasil, professor Hélio - as melhores trutas do Brasil são criadas também na serra catarinense, como as maçãs, as peras, as ovelhas, o leite de ovelha, as uvas, o vinho -, a São Joaquim ou a Urupema, uma cidade que começou a ter destaque no cenário nacional, não conseguiremos tomar um chocolate quente nesse frio, um café colonial com uma boa torta de maçã, de pêra ou de morango, frutas providas da produção da serra catarinense.

Se formos, principalmente, ao Morro da Igreja, em Urubici - e que é, na minha maneira de ver, o segundo cenário mais bonito de Santa Catarina, só perdendo para a beleza natural da Lagoa da Conceição, olhada de cima do Morro da Lagoa -, e contemplarmos a pedra furada, deputado Moacir Sopelsa, não sabemos

se devemos nos preocupar com a contemplação daquela beleza ou com a nossa segurança, em função da situação que é a terra e a grama escorregadias, sem ter nenhuma estrutura para receber o turista na serra de Santa Catarina.

Este é o momento! Santa Catarina tem agora um governador da região serrana! Ou muda-se esse conceito, no sentido de dar uma visão diferenciada para o turismo da região serrana, ou vai-se continuar naquele ostracismo, que é a questão do turismo na serra de Santa Catarina.

É o momento de dar - e hoje tivemos a oportunidade de almoçar com o secretário de Turismo, Cesar Souza Júnior - uma noção diferenciada, sr. presidente, porque esse problema também é uma questão cultural.

Até falo um pouco de cadeira, porque sou descendente de açoriano e sei a diferença que há entre as culturas italiana, alemã e a própria cultura portuguesa. O pessoal da beira de praia é mais "deixa pra lá", é mais tranquilo. E precisamos mudar o conceito de turismo da serra de Santa Catarina.

Hoje, se pegarmos os jornais, volto a repetir, encontraremos propaganda gratuita. Todos os turistas do Brasil que gostam de frio e olham os jornais dizem: "Vou para São Joaquim ver a neve!" E são poucas as cidades do Brasil onde cai neve - acho que não chegam a dez cidades. E temos o privilégio de ter isso aqui no estado.

Agora, quando o turista chega a São Joaquim, lamentavelmente sai decepcionado com a estrutura que a cidade oferece para o turista que tem a oportunidade de conhecer aquela região. E assim é com todas as cidades da região serrana.

Por isso, acho que a comissão de Turismo desta Casa, da qual faço parte, deveria dar o pontapé inicial nesse processo e realizar uma audiência pública com todos os segmentos de turismo da região: os empresários, os hoteleiros, os donos de pousadas, os vereadores e os prefeitos da região, para começarmos a discutir o que está faltando na questão do turismo, para que o empresário encare de uma maneira diferenciada.

É bem verdade que a região serrana não precisa só do turismo. A região serrana de Santa Catarina precisa de um projeto de desenvolvimento econômico que mude um pouco o panorama daquela região. Hoje, a região mais pobre de Santa Catarina é a da serra.

Eu, que tive a oportunidade e o privilégio de ser prefeito de Florianópolis, sei que nos grandes bolsões de pobreza dessa cidade, no continente, na Ilha de Santa Catarina, nos morros da cidade, principalmente na região do continente, na Chico Mendes e no Promorar, a grande maioria daquelas pessoas é oriunda da região serrana; são pessoas que fugiram da miséria e das dificuldades de lá e vieram para a capital do estado de Santa Catarina em busca de uma oportunidade de vida melhor para si e os seus filhos. E quando aqui chegam, às vezes, encontram uma realidade que não é aquele sonho que fez com que essas famílias se deslocassem para Florianópolis.

Por isso, sr. presidente, a comissão de Turismo desta Casa precisa colaborar, quem sabe realizando uma audiência pública envolvendo o governo do estado de Santa Catarina, os prefeitos, os secretários de Turismo da região serrana, enfim, todo *trade* de turismo da região serrana, no sentido de buscar uma alternativa diferenciada para incentivar o

turismo naquela região, aproveitando, inclusive, esse dom da natureza.

Eu não sei quem daqui já teve a oportunidade de conhecer o Morro da Igreja, a Serra do Corvo Branco. Eu, que sou do litoral de Santa Catarina, entusiasmo-me com a beleza da serra de Santa Catarina. Agora, lamentavelmente, está faltando a presença da figura humana, está faltando planejamento de turismo e está faltando uma grife, uma marca. Quando se vai a Gramado ou a Canela podemos ver a beleza da arquitetura do casario, dos restaurantes, dos bares, dos cafés, o que não acontece com a região serrana de Santa Catarina, onde não há diferença de uma cidade para outra.

Então, está faltando um pouco mais de capricho, de planejamento, de incentivo do governo do estado e, acima de tudo, de mudança de mentalidade de quem faz e de quem pensa em turismo na região de Santa Catarina.

Nenhuma cidade do Brasil, hoje, ganha destaque tamanho na mídia, gratuitamente, porque não é o governo ou as prefeituras que estão fazendo propaganda da neve que vai cair em São Joaquim, Urupema e Urubici. Isso é gratuito. Lamentavelmente, a realidade não é aquela que está estampada na capas dos jornais de circulação nacional. Por isso, a comissão de Turismo desta Casa, juntamente com o governo do estado, as prefeituras e todos os segmentos tem o dever e a obrigação de colaborar para mudar essa realidade da serra de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sr. deputados, sras. deputadas e comunidade catarinense, gostaríamos de saudar os professores, esperando que esse impasse termine bem para a categoria dos professores e que todos tenham o seu ganho merecido.

Hoje, quero me reportar à audiência da qual participei ontem, em Joinville, com o prefeito Carlito Meres, em que foi pleiteada uma troca de um lote no bairro da comunidade Santa Helena. Fomos muito bem recebidos pelo prefeito e, portanto, queremos agradecer e dizer que, quando a comunidade pede, esses pleitos têm que ser atendidos.

Queremos dizer também da nossa luta na área da Saúde. Falamos novamente sobre as cirurgias eletivas. Vamos continuar lutando para que o nosso grande projeto Revigorar seja aprovado na Assembleia Legislativa e assim tenhamos os recursos necessários aos hospitais e também para pagar melhor os médicos para que realizem as cirurgias eletivas, uma vez que elas fazem com que a nossa comunidade continue sofrendo e tendo dificuldades. Se forem realizadas essas cirurgias, com certeza também serão desafogadas as salas de emergência, porque um paciente que passa por uma cirurgia de vesícula ou uma cirurgia de hérnia encarcerada, que seja operado normalmente, não precisa ir para a emergência. E assim por diante.

Temos certeza de que nós, na área de Saúde - e quando falamos nós estamos nos referindo ao governador Raimundo Colombo, ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira e o secretário da Saúde, Dalmo de Oliveira -, estamos empenhados para que esse projeto dê certo. E já temos as ferramentas necessárias para dar conta desse grande projeto que é ajudar a comunidade catarinense.

Também quero me reportar ao que anda acontecendo e bater novamente na tecla dos drogados. Hoje há na Casa um projeto de lei, que se pode tornar uma indicação, no sentido da criação de centros de recuperação de drogados. E eles têm que ser realmente construídos pelo governo do estado para dar abrigo a toda essa comunidade que anseia por um tratamento.

Hoje, qual é a droga que mais afeta os brasileiros? É a maconha, a cocaína? Não! A droga que mais afeta, hoje, os lares das nossas famílias é a bebida alcoólica. É ela que inicia o caminho para as drogas. Ela é a grande vilã da história. E há até técnicos da Seleção Brasileira fazendo propaganda de bebida alcoólica. Que exemplo que temos para a nossa juventude e para as nossas famílias?

Temos certeza de que é preciso incluir três fases importantes no combate às drogas. A primeira é a da prevenção. Como é que fazemos a prevenção das drogas? Ela é feita nas escolas, criando os programas especiais para que os alunos tenham um conceito importante do que significa essa droga no seu meio. A segunda é a da repressão. Temos a polícia atacando os traficantes. Isso é segurança pública. E ela tem que fazer a sua parte mais efetivamente, prendendo os traficantes e evitando o tráfico de drogas. E a terceira etapa é a da recuperação do drogado. Essa, sim, esquecemos. E esquecemos por quê? Porque quando os detentos, por exemplo, vão para a cadeia, um entre dez sai recuperado, e os outros nove saem especializados no crime. Então, estamos criando centros de especialização em crimes. E temos que mudar.

Vejam que existe em Joinville uma unidade prisional onde de cada dez detentos nove se recuperam e um volta ao crime. Esses são exemplos que temos que ter em mente para aplicar na segurança pública. Assim como temos certeza de que é a área curativa, a área da Saúde, portanto, que tem que dar condições de recuperação aos nossos drogados.

Vejam que, do número de drogados do estado, 1/3 que fuma *crack*, após o uso durante cinco anos, morre, 1/3 é encaminhado para a recuperação e 1/3 não se recupera. Então, temos que, realmente, fazer uma grande campanha para que possamos ter resultados práticos na nossa comunidade.

Muitas vezes, a família coloca o drogado em clínicas especializadas, e ele fica lá por seis ou oito meses. Depois ele volta para o seu lar e vive no mesmo ambiente onde vivia anteriormente. E é claro que a contaminação e a volta às drogas fica mais fácil. Então, temos que analisar com sabedoria e com tranquilidade para que possamos, realmente, dar a condição de recuperação ao drogado.

Gostaria, ainda, no tempo que me resta, sr. presidente, de relatar o encontro que tive, ontem, em Joinville, com a vereadora Dalila Rosa Leal. Quero parabenizá-la pelo seu trabalho e dizer que vamos trabalhar juntos em muitas situações para fazer com que a população de Joinville continue sendo atendida pelo governo do estado.

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente e srs. deputados, quero abrir esse instante de diálogo na tribuna

mencionando o que já é de conhecimento público e notório, já saiu em todos os jornais, hoje, ou seja, a decisão, ontem, do colégio de líderes da Assembleia Legislativa, que envolveu a greve dos professores.

Eu, otimista que sou, costumo dizer para os meus filhos que se comemora uma vitória com a mesma intensidade que se choraria uma derrota. É preciso, nesse espírito, olhar o que aconteceu de ontem para hoje. Primeiro, a Assembleia Legislativa assumiu um papel de grande protagonismo. Este Poder estava, de certa forma, assistindo ao processo. Alguns parlamentares envolveram-se, em maior ou menor grau, na discussão do tema. O tema, naturalmente, veio para esta Casa, que é o lugar onde a pluralidade de ideias do estado inteiro se expressa. E houve, na semana passada, uma sessão em que a Assembleia chamou para si essa responsabilidade de retomar as negociações. O ponto em que não poderíamos permanecer era onde estávamos, que era não se avançar na proposta do governo e não aceitar o que estava na mesa, ou seja, o impasse. O que estava na mesa não era aceito, e o governo não se dispunha a abrir conversas para alargar o horizonte das propostas.

É claro que quando se faz uma negociação estamos dispostos a fazer concessões. Embora, hoje, uma professora, muito atentamente, dizia-me com correção: "É duro negociar um direito conquistado em discussão durante dois anos, quase três, perante o Supremo Tribunal Federal". Eu não tenho dúvida do quanto deve ser difícil ter que dizer: "Está certo! Vamos discutir isso". Porque não era nem para se estar discutindo isso. É lei, é decisão do Supremo Tribunal Federal. Era para alguém pegar um carimbo, colocar cumprase e tocar adiante. Era isso que deveria ser feito.

No meio do caminho, bodes entraram na sala, como uma tática muito comum que se vê em qualquer negociação entre patrão e empregado. De vez em quando vai um lá e coloca um bode na sala. Quando a situação está ruim, esse bode vai lá e mostra-nos que a situação não está tão ruim. E daí nós o tiramos da sala e dizemos: "Olha, quem sabe não estava tão ruim assim".

Senhores, dizer que houve algum avanço na negociação com os professores cortando parte substancial de direitos históricos não é negociar. Ao contrário, parece-me que havia alguém dentro do governo dizendo: "Vão para greve, vão para greve"! Que na verdade tínhamos que ir para a greve.

(Palmas das galerias)

Eu, conversando com pessoas do estado inteiro, de segmentos de toda espécie, às vezes elas me perguntavam: "Por que os professores não aceitaram? Eles não ganharam o piso"? Bom, o piso foi dado - e falo até para quem está em casa assistindo à nossa TVAL - para o primeiro degrau da carreira. Violentou-se brutalmente a carreira e deu-se cinco com uma mão e tirou-se sete com a outra. Na hora em que tiraram a regência de classe com base no novo piso, é verdade, mas com um percentual abaixo da metade do que era anteriormente, é óbvio que o valor final ficou menor.

Ontem estivemos fazendo simulações de vários degraus da carreira. E quero dizer que tenho achado o *Twitter* uma ferramenta extraordinária, pois pedimos que nos mandassem cópias de contracheques e choveram respostas que nos mostraram que algumas remunerações até diminuíram! Professores das séries iniciais, que acumulam outras gratificações, têm perda salarial! A grande maioria tem aumento na casa dos R\$

10,00, R\$ 20,00, R\$ 30,00 ou R\$ 100,00 a mais. Foi o que pudemos constatar através das simulações, mas é claro que devem existir aqueles que ficariam em condições mais favoráveis.

Sr. presidente, estou fazendo esse histórico para as pessoas entenderem a grande dificuldade que representa a discussão que estamos fazendo. É uma discussão de milhares de pessoas, que não têm condições de utilizar três minutos no horário nobre da TV mais cara de Santa Catarina para dizer: "Venham para as salas de aula que já cumprimos o piso salarial".

O Magistério teve, primeiramente, a imensa sabedoria de manter-se unido - e a greve dos professores é vitoriosa, no meu entendimento, por isso - e, em segundo lugar, a percepção de que era preciso dialogar com a sociedade, dialogar com os pais, as mães e os alunos, para que todos entendessem que o que está em jogo é a nossa Educação. É muito mais do que o salário dos professores, o que está em jogo é a Educação de Santa Catarina!

Professores e professoras de Santa Catarina, ontem obtivemos uma grande vitória. O governo ter perdido a Medida Provisória n. 188/2011 mostra o que sempre soubemos, ou seja, que estávamos com a razão, porque a MPV n. 188 é inconstitucional, é uma afronta aos direitos dos professores e por isso tomou o único destino que a legalidade e o bom senso indicam, o arquivamento.

Contudo, é preciso lembrar que até semana passada o governo ainda se dispunha a submetê-la à votação neste plenário. Assim, temos que ter bem forte na nossa alma que foi uma vitória. Não foi porque alguém ficou bonzinho e resolveu retirar a MPV n. 188. Não! A luta conquistou isso, a unidade dos professores conquistou isso, a justiça do pedido conquistou isso!

Não esqueçamos também que na próxima semana teremos que enfrentar a Medida Provisória n. 189/2011, que tem o mesmo indicativo, porque tem o mesmo vício de inconstitucionalidade. Quem esteve na assembleia realizada na arena multiuso de São José sabe, porque lá alertamos para este fato, que não se mexe em salário através de medida provisória, mas através de projeto de lei complementar. É isso que determina a Constituição de Santa Catarina.

Então, a MPV n. 189 deve ter o mesmo destino já na próxima terça-feira. Mas não será isso que mudará o panorama do que está em discussão. O que deve dar o tom são os termos do projeto de lei complementar que há de vir para esta Casa durante esse período.

Ontem, na presença da deputada Luciane Carminatti, do deputado Sargento Amauri Soares, além de outros parlamentares, argumentava-se na mesma linha: não adianta pedir para os professores encerrarem a greve. A greve somente vai acabar quando se garantirem os direitos históricos e abrir-se uma proposta séria sobre a tabela.

(Palmas das galerias)

E sobre isso tenho a convicção de que ninguém da categoria achará injusto abrimos negociação sobre a tabela. Ela pode ser implantada de forma parcelada; podemos discutir até uma nova tabela, mas que respeite a formação, que respeite os princípios que até aqui foram consolidados. Ou desejamos desestimular os professores que fizeram ou vão fazer o seu mestrado, o seu doutorado, a sua especialização? Para onde caminha a nossa Educação se não fizermos isso?! Para onde caminha a nossa Educação se não

estimularmos que todos tenham a sua graduação, a sua pós-graduação?

Há espaço para negociar? Há! Mas há assuntos que são inegociáveis e o governo terá que ter a sensibilidade de não mandar para esta Casa um projeto de lei complementar igual à medida provisória. E quero destacar aqui o papel do presidente da Casa, deputado Gelson Merisio, e do líder do governo, deputado Elizeu Mattos, no dia de ontem, quando se esforçaram muito para construir um acordo no sentido de tirar o Fundeb da base de cálculo do duodécimo dos poderes. Tudo isso foi acordado ontem e tenho a impressão de que foi uma reunião vitoriosa.

Mas o que vai prevalecer mesmo são os termos do projeto de lei complementar, e reafirmo que o governo precisa ter bom senso para saber o que pode e o que não pode discutir, que são os direitos históricos que não foram incorporados ao patrimônio jurídico dos professores e das professoras por gratiosidade de ninguém, foram conquistados por 68 dias de greve.

Por fim, quero lamentar, como catariense e como moradora de Florianópolis, a fuga de presos da nossa penitenciária. Rememorando o assunto, olhei uma coluna do jornalista Moacir Pereira do dia 8 de fevereiro de 2011 e percebi que se trata exatamente do mesmo cenário, quando 72 presos - e o número é bastante semelhante - fugiram do mesmo complexo penitenciário.

O impressionante, sr. presidente e srs. deputados, é que àquela época foram prometidas várias ações saneadoras, as mesmas que se colocam agora, mas nada foi feito. E ressalte-se um pequeno detalhe que para nós é ainda mais preocupante: o governo do estado levou mais de 24 horas para dar algum sinal de que havia alguém em casa. Um problema dessa monta acontecendo e Santa Catarina inteira sem saber quem governava, quem estava no comando.

Voltarei a esse assunto em outro horário.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Angela Albino, acho que é importante ressaltar a proposta da retirada do Fundeb para fins de cálculo do repasse aos poderes. Ao retirar o Fundeb do cálculo do duodécimo, os recursos que os poderes em tese levariam ficarão no Tesouro do estado de Santa Catarina. Mas precisamos ter a clareza de que os poderes poderão sentir-se prejudicados e sem condições de dar conta dos seus compromissos, se de uma hora para outra deixarem de ser repassados esses recursos.

Acho que se trata de uma questão de maturidade, e parece-me que no debate entre os líderes desta Casa tem-se tratado com muita naturalidade do problema. É extremamente importante, por exemplo, que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina esteja cada vez mais perto do cidadão, porque aqueles que precisam da justiça são os mais pobres, os que têm menos oportunidades. Por isso é preciso que o Judiciário esteja cada vez mais próximo das pessoas comuns para dar respostas mais rápidas, em vez de, às vezes, demorar anos e anos para prolatar uma decisão.

Sr. presidente, já mencionamos nesta Casa que é preciso que o governo do estado

encaminhe um projeto de lei visando a garantir que o montante que perfaz o percentual destinado aos poderes seja diretamente locado na Educação. E nesse sentido dependemos da boa vontade e da decisão política do Poder Executivo. Se o governo quiser realmente implementar essa nova divisão de recursos, vai fazê-lo. Então, temos que aguardar a boa vontade e a decisão política do próprio governo estadual.

Alimento a esperança, sr. presidente, que esses recursos que vão ficar no Tesouro do estado realmente sejam locados na Educação, mas quero confessar que acho isso muito difícil, infelizmente.

Nessa mesma direção, esta Casa tem apontado uma série de alternativas que considero estratégicas e extremamente importantes, como a questão dos fundos. A deputada Angela Albino trabalha a questão do Seitec; nós trabalhamos a questão do Fundo Social; o deputado Neodi Saretta e eu trabalhamos também a questão dos inativos. Acredito que essas são bandeiras que de fato farão com que recursos sejam destinados à Saúde e à Educação, como determina a legislação. E é muito dinheiro! Se isso acontecer resolveremos a problemática hoje enfrentada pelos nossos educadores, não temos dúvida nenhuma.

Agora, é preciso que se avance nesse sentido. Os recursos que pela Constituição deveriam estar sendo colocados na Saúde e na Educação estão sendo deslocados para o Seitec, para o Fundo Social e para o pagamento dos inativos. Se isso for corrigido, já teremos dinheiro suficiente para contemplar as reivindicações justas do nosso Magistério.

Então, a luta tem que continuar. Para os professores e professoras tenho dito que é uma questão de direito e de justiça, e direito não pode ser negado e justiça tem que ser feita. Continuemos a luta com muita clareza como tem sido feito até agora, nesses mais de 40 dias de greve.

Gostaríamos também, sr. presidente, de socializar com a comunidade catarinense que estamos entrando com um processo na Justiça contra o pagamento de subsídio vitalício ao ex-governador Leonel Pavan, como fizemos em relação a todos os ex-governadores do estado de Santa Catarina, até porque chegou recentemente da secretaria da Fazenda a resposta ao nosso pedido de informação referente ao ex-governador Leonel Pavan.

Somente para ilustrar, ressalte-se que o subsídio vitalício de um ex-governador corresponde a 20,3 pisos de um professor. Mais de 20 professores em início de carreira poderiam receber o piso salarial apenas com o subsídio de um ex-governador. Multipliquem isso por dez ex-governadores, R\$ 24 mil é o subsídio de cada um, teremos R\$ 240 mil. Isso sem contar as viúvas e familiares dos ex-governadores que recebem vitaliciamente também.

O deputado Joares Ponticelli está-nos informando que até hoje a filha do ex-governador Hercílio Luz recebe a pensão do pai.

Deputado Joares Ponticelli, de posse dessas informações estamos entrando com uma ação judicial contra o ex-governador Leonel Pavan, pedindo o fim do pagamento do subsídio vitalício. Esperamos ter sucesso e que, a exemplo de outros estados, consigamos fazer cessar esse vergonhoso pagamento.

Muito obrigado, sr. presidente.

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, por até dez minutos, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar os colegas professores e professoras.

Sejam bem-vindos mais uma vez a esta Casa.

Quero fazer uma pequena reflexão inicial acerca da greve e do que ela significa não do ponto de vista dos avanços, da construção de uma carreira mais decente, de um salário mais justo, mas do quanto ela tem sido educativa e muito diferente de todas as que já vivemos. Por quê? Por que o Orçamento do estado de Santa Catarina, deputado Sargento Amauri Soares, que é uma das leis mais importantes, já que define as prioridades de investimento do governo, até hoje é uma coisa de técnicos e não da população. Alguns iluminados decidem, fazem as devidas adequações e justificam como aplicar os recursos que são o resultado daquilo com que a sociedade contribuiu.

Entendo, sr. presidente e srs. deputados, que a população tem o direito e o dever de discutir o Orçamento, de ver o que se arrecada, quanto se investe e onde se investe. E por isso essa greve é extremamente educativa. A população tem o direito de saber o que o estado deixa de arrecadar quando concede isenções fiscais, quando cria um fundo do tipo do Fundo Social e a ligação que isso tem com os investimentos feitos ou que deixam de ser feitos nos serviços essenciais.

Para termos uma idéia, em 2010 o estado de Santa Catarina deixou de arrecadar R\$ 3 bilhões com essas isenções e com esses fundos que incentivam alguns setores. Poderemos dizer que esses setores são fundamentais, mas quem tem que fazer o debate sobre isso também é a população. E eu gostaria de entender por que a empresa "a" tem direito a uma isenção e o pequeno agricultor ou um pequeno microempresário não tem direito a nenhum tipo de isenção. Em 2011 a previsão é de R\$ 4 bilhões de isenções, ou seja, é o valor que deixará de entrar no caixa do governo do estado.

Portanto, discutir o que é prioridade no momento de investir é fundamental. E quero dizer que neste sentido estamos efetivamente começando, talvez com esta greve, srs. professores, a exercer a democracia participativa. Nunca vi, com muita alegria, tantos pais, mães e professores querendo entender o que é esse tal de Fundeb e nunca vi, sim, os poderes também sendo questionados como agora.

Srs. deputados, que bom que temos coragem de questionar para onde estão indo os recursos de Santa Catarina. Temos que ter medo disso, por quê? É justo que tenhamos salários de R\$ 1 mil e outros de R\$ 20 mil? Que justiça é essa? Vamos debater para onde estão indo os recursos. E não tenho medo nenhum de debater sobre o Fundeb.

É verdade que, quando entramos com o projeto para discutir, muitos não entenderam, muitos se colocaram contra e metralharam, mas os professores que têm um salário miserável, que têm poucos livros, carteiras quebradas e teto caindo nas suas cabeças, assoalho abrindo em sala de aula sabem o que significa tirar o Fundeb da base de cálculo da receita líquida disponível. Ou não sabem? Sabem, sim. Sabem que podemos não ter a conquista de todo o recurso neste momento para a Educação, mas construímos lutas que fazem parte de lutas de décadas. E alguém tem que ter a coragem de começar. Outros virão e outros vão continuar a luta.

Esse debate que começamos a fazer sobre o Fundeb está mostrando que temos que discutir o orçamento da Educação. Hoje, se temos 25%, quero dizer também, deputado Joares Ponticelli, que não adianta muito passar para 30%, porque se hoje nem os 25% são aplicados, quem garante que os 30% serão?

(Palmas das galerias)

A garantia que teremos será exercer a plenitude da democracia, ou seja, fiscalizar, sim, cada centavo da Saúde, da Educação, do Fundeb, dos 25%! Aí pode ser que 25% seja pouco; pode ser suficiente ou pode ser que tenha que ser 40%. Então, não adianta aumentar recurso pura e simplesmente, tem que aumentar, mas tem que fiscalizar. O meu papel aqui não é somente legislar, mas fiscalizar, sim, cada centavo do nosso dinheiro.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nobre deputada, cumprimento v.exa. pela manifestação que faz desta tribuna. E também estamos tendo oportunidade, nesta greve, de resgatar o papel deste Parlamento.

Há muito tempo esta Assembleia não tinha as condições que está tendo agora de sentar, conversar, participar e ajudar a construir, como fizemos ontem na reunião dos líderes, às 17h, quando, em conjunto, tomamos uma decisão na qual não há perdedor nem vencedor, que não foi de governo nem de Oposição, mas que foi uma posição do Parlamento, como construímos ontem com todos os partidos, no sentido de dizer que não vamos admitir a medida amanhã, a outra na terça-feira que vem, para neste meio tempo vir o PLC para construir o que precisa ser construído, para terminar a greve, porque isso é o que todos queremos. Mas queremos que termine com conquistas também, com a manutenção daquilo que o servidor conquistou, que o professor conquistou a duras penas.

V.Exa. está chegando nesta Casa e já desponta como uma grande líder, mas passamos oito anos sem ter essa oportunidade e não podemos abrir mão disso.

A decisão de retirar o Fundeb da base do cálculo foi uma decisão de poder. E a emenda vai ter a assinatura dos 40 deputados. Então, esse é, deputada Luciane Carminatti, o momento mais importante do Parlamento, o de votar LDO, de votar o Orçamento.

V.Exa. foi vereadora em Chapecó, eu fui vereador em Tubarão, e às vezes não se dá conta que a lei mais importante que o Parlamento vota é o Orçamento, porque ele pode influenciar na vida das pessoas. Olhem que de um limão podemos fazer uma limonada, resgatando para o poder esse papel de dizer é assim que vai ser. Não é para afrontar o Judiciário nem o Ministério Público nem os outros poderes. É para dizer que cada um terá o quinhão que precisa para tocar a sua estrutura, mas respeitando também os nossos profissionais.

Muito obrigado, parabéns pela sua manifestação.

(Palmas das galerias)

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Muito obrigada, deputado Joares Ponticelli.

Para concluir a minha manifestação, quando se discute a peça orçamentária, e isso o deputado Joares Ponticelli falava, definimos o que é isenção, o que não incide sobre os 25% da Educação e os 12% da Saúde. Também priorizamos os setores que queremos atender com melhores salários. E nesse debate hoje,

se fizermos um comparativo em Santa Catarina, as categorias que ganham os piores salários são Saúde, Educação e Segurança Pública. São os três setores que estão em caos em nosso estado. São as fugas, é a greve do magistério e é o caos dos hospitais. E isso tem uma relação muito íntima com a remuneração que os profissionais recebem nessas áreas. Então, precisamos reforçar também essa necessidade de discutir o orçamento.

Por último, quero dizer que a reunião no dia de ontem foi muito positiva, porque tivemos o aceno desta Casa de retirar a Medida Provisória n. 188 e na semana que vem a Medida Provisória n. 189. Mas quero deixar bem claro para todos os professores que, quando se entra numa greve juntos, saímos juntos.

(Manifestações das galerias)

Entramos juntos e saímos juntos. Isso é categoria, isso é coletivo.

Em segundo lugar, o governo precisa definir quem é o seu interlocutor, porque esse negócio de cada dia um interlocutor diferente, que não sabe em que ponto parou a negociação e o que dá para fazer, não dá. Não dá. Então, é preciso definir quem é o interlocutor. E ontem garantimos, além dessa questão do Fundeb, a abertura das negociações, um grande avanço, companheiros.

Então, parabéns, a luta...

(Manifestações das galerias)

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio AleSC Digital ou aqui presentes na tarde desta terça-feira, especialmente professores e professores que há mais de 40 dias estão nessa luta.

Acerca da segunda fuga gigantesca do complexo penitenciário da Trindade, podemos e devemos debater mais isso nos próximos dias, talvez hoje ainda, mas há dez anos, no mínimo dez anos, deputado Dirceu Dresch, estamos dizendo publicamente que a situação iria piorar.

Em fevereiro, quando houve aquela fuga, inclusive em um debate na televisão, falei que outras aconteceriam, porque se enfraquece a estrutura, se desvaloriza os servidores, se diminui a quantidade de servidores, a estrutura física estraga, apodrece, desmancha.

Quanto ao discurso de 20 anos de tirar a penitenciária da Trindade, ainda me parece que pode demorar mais 20 anos. Quando foi feita a penitenciária de São Pedro de Alcântara era para desativar o complexo da Trindade. Já foi o de São Pedro de Alcântara, que está lotado, e ainda está lotado na Trindade também, aliás, com o dobro de presos que tinha há 20 anos, o triplo que tinha há 20 anos.

Mas não só de greve vivem os servidores do Magistério estadual, vive o estado de Santa Catarina, o Magistério nos municípios. Aliás, são diversos os municípios cujos professores municipais estão em greve - alguns com a possibilidade de avanços e outros não. Aqui já se falou de algumas cidades em greve nas últimas semanas, especificamente professores e professoras.

Fala-se, hoje, de outra cidade, Palhoça, na grande Florianópolis, cujos professores da rede municipal estão em greve desde o dia 20 deste mês de junho. Eles querem evidentemente a aplicação da lei do piso. E a proposta de lei do prefeito de Palhoça é incluir a redução da regência de classe de 45% para 25%. Então, vai tudo mais ou menos, na mesma balada.

Já possuem o menor vale alimentação do mundo. É de R\$ 30,00/mês por professor ACT. E isso dá R\$ 1,00 por dia, dá uma coxinha e um café médio. Lá na Palhoça dá um cafezinho pequeno.

Então, além de outros problemas estruturais, como falta de material didático, há ameaça de demissão aos grevistas. A Câmara Municipal rejeitou o projeto do prefeito, ou seja, lá o impasse também existe. Portanto, a nossa manifestação de solidariedade aos professores da cidade de Palhoça e demais cidades que estão em greve.

Quanto à greve estadual, evidentemente que foi positiva a realização da reunião dos líderes com o presidente, na quarta-feira passada, que levou à retirada do projeto que pedia a ilegalidade do movimento grevista e da reunião de ontem.

Reitero o que já foi dito pelos deputados Joares Ponticelli, Padre Pedro Baldissera e as deputadas Angela Albino e Luciane Carminatti sobre a importância do Parlamento se colocar como protagonista, que tem de positivo a unanimidade em torno da inconstitucionalidade das medidas provisórias. Uma já foi. E a outra vai na semana que vem.

Qual é a questão que vai pegar? Esse projeto de lei complementar que está para vir para a Assembléia. Qual vai ser o seu teor? Esse é o debate, porque se vier nos mesmos termos das medidas provisórias que estão sendo arquivadas, com certeza o impasse vai prosseguir. E o nosso compromisso, como falávamos ontem na reunião com o presidente, ontem à tarde, eu e as deputadas Angela Albino e Luciane Carminatti, é estar ao lado do Magistério, ao lado do Sinte, defendendo a posição do sindicato em qualquer circunstância.

Então, é importante essa decisão do Parlamento, mas evidentemente que essa decisão faz mais sentido se conseguirmos avançar na proposta que existe, de forma que o Magistério possa dizer sim, que aceita essa proposta. Aí em um único dia votaremos o PLC. Se for essa situação, em um único dia votaremos e aprovaremos o PLC. Agora, se não for essa situação, com certeza, esse assunto vai ficar muito ainda no Parlamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, amigos da TVAL, da Rádio AleSC Digital, Magistério aqui presente, quero dizer do prazer e da satisfação de nesta terça-feira poder usar a tribuna desta Casa para relatar sobre a audiência pública que tivemos na tarde de ontem, presidida pela comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembléia Legislativa, da qual sou presidente, juntamente com o Fórum Parlamentar Catarinense, presidida pelo deputado Edison Bez de Oliveira.

Antes, porém, gostaria, presidente do meu partido, grande líder Joares Ponticelli, de reiterar aqui o nosso pacto de compromisso. Aliás, desde quando entramos nesta Casa, no primeiro mandato, o nosso partido tem mantido uma posição firme em defesa da Educação catarinense, dos educadores, dos professores de Santa Catarina.

Desde o governo Amin para cá percebemos que realmente houve uma defasagem lastimável, que não houve valorização de mérito no plano de carreira do professor. O que vimos foram abonos e mais abonos, penduricalhos, pode-se dizer assim. E viemos sempre perseguindo essa manifestação dos professores.

Mesmo hoje, depois de oito anos, estando na Oposição, o único direito que tínhamos era entrar na Justiça. E assim o fizemos por várias vezes. E a imprensa e a população catarinense são conhecedores do que estou falando. Mais precisamente sempre representados aqui pelo nosso líder, deputado Joares Ponticelli, mas sempre foi a bancada unânime do Partido Progressista em defesa dos professores.

Agora, pela primeira vez, depois de oito anos, estamos tendo a oportunidade de poder respaldar o governo Raimundo Colombo sem condicionar absolutamente nada, nenhum tipo de cargo nem secretaria, até para não perdermos a nossa coerência, mesmo porque quando tivemos a nossa candidata Angela Amin derrotada perdemos de cabeça erguida.

Agora, pela primeira vez, estamos tendo a oportunidade de poder participar da essência do debate. E tenho colocado reiteradas vezes que o estado nos últimos dez anos aumentou a sua arrecadação praticamente nove vezes.

Evidentemente que houve investimentos nas mais variadas áreas, mas realmente esse segmento, a exemplo do que acontecia com a Polícia Civil, que ficou 11 anos, praticamente, defasada, à mercê de uma situação, de uma guarida por parte do governo, está a merecer um aporte de recursos significativo.

Acho que o momento é chegado, pois é uma reivindicação justa. E penso que o professor tem que ter realmente um salário diferenciado, pois temos professores que não têm condições de manter sequer uma internet para buscar o conhecimento para poder repassar aos seus educandos.

Então, quero dizer da solidariedade do Partido Progressista, da nossa bancada, com os professores, no sentido de haja o entendimento.

Tenho dito, e falei isso para o governador, que um dos mecanismos para haver o enxugamento é reduzir as secretarias que estão aí e que até agora não mostraram para que vieram. Evidentemente que é meritório, porque a população aquiesceu nas urnas. E temos que ter essa consciência. Agora, da forma como está aí, sem resolutividade, não é possível, não podemos conceber esse modelo que aí está.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O SR. Deputado Joares Ponticelli - Acho que v.exa. resgata muito bem o papel que tivemos ao longo desse período, com a bancada sempre uníssona, sempre dizendo que aquilo não daria certo, pois política de abono salarial não é política com justiça nem aqui nem em lugar nenhum do mundo. Era previsível que isso aconteceria, principalmente quando o

governo se negou a cumprir, em 2008, a lei do piso nacional.

Há ainda mais uma ação que o nosso partido protocolou, relativa ao descumprimento, desde 2003, do art. 37 da Constituição, que determina que os governos revisem anualmente os salários dos seus servidores, ou seja, repor a inflação do período, o que foi feito, nos últimos oito anos, somente em 2003, quando foi concedido 1% de reposição.

Além disso, deputado Dóia Guglielmi, há a questão do vale alimentação, instituído em abril de 2001 pelo então governador Esperidião Amin. Em abril de 2001 e R\$ 6,00 por dia! Dez anos sem aumentar o valor! Sabem o que dá para fazer com R\$ 6,00 hoje? Dá para comprar uma coxinha daquelas bem engorduradas e um pacote de Q-Suco pequeno.

(Palmas das galerias)

Então, são essas injustiças que precisam ser corrigidas. Ontem, a Assembleia Legislativa, deputado Antônio Aguiar, tomou uma posição de poder, decidindo tirar o Fundeb da base de cálculo para o pagamento do seu duodécimo. Agora é preciso acertar com os demais poderes.

Com isso, podemos viabilizar cerca de R\$ 100 milhões para, a partir de janeiro - é preciso ver como fazer até lá -, pagar integralmente a regência de classe aos professores. Faltarão ainda R\$ 80 milhões que, acho, terão que vir do fechamento imediato da metade das secretarias de Desenvolvimento Regional.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Deputado Joares Ponticelli, até por um dever de consciência, de justiça, preciso colocar que o governador Raimundo Colombo reiterou, em todas as manifestações e nos momentos em que esteve reunido conosco e com a base governista, a certeza de que o professorado tem que ter um salário diferenciado e que ele luta para buscar o entendimento.

Agora, é evidente que tem que ser dentro da realidade, dentro do possível. Foi buscado o entendimento, a Assembleia entrou no processo de negociação e será feita a discussão referente à retirada do Fundeb da base de cálculo do repasse do duodécimo, a fim de que, a partir do ano que vem, isso não mais aconteça.

Nos últimos minutos que me restam, sr. presidente, quero referir-me a uma audiência pública que foi extremamente concorrida e que contou com a presença de deputados federais, de deputados estaduais, da Fiesc, do Crea, da Fetranesc e da OAB, na qual a ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres, teve a oportunidade de fazer a apresentação do rodoanel que circundará a Grande Florianópolis, desde o município de governador Celso Ramos até Palhoça.

O que nos causa estranheza é que o projeto original previa esse rodoanel com uma extensão linear de 47,8km, para o qual já existia a licença prévia. Contudo, passado algum tempo, sem que as lideranças, os setores competentes e a população participassem das negociações, dos entendimentos, houve uma redução significativa da extensão, que caiu para apenas 24km.

Sr. presidente, o importante em relação a essa audiência é que ficou muito clara a participação efetiva da bancada estadual, da bancada federal, do Senado da República e do governo do estado e que somente sob vigília permanente é que veremos

essa obra concluída o mais rapidamente possível.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, saúdo efusivamente v.exa., assim como os demais deputados e deputadas, os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital e os professores e professoras que se fazem presentes neste plenário.

Srs. deputados, acredito que no decorrer do governo de Raimundo Colombo, com certeza, vamos buscar definitivamente a valorização dos profissionais de Santa Catarina, porque isso não aconteceu nos últimos anos, infelizmente. Este governo começou há alguns meses e estamos travando um debate sobre a possibilidade da retirada dos recursos do Fundeb da base de cálculo para os poderes.

Respeitamos a greve porque é um instrumento legal dos trabalhadores, mas, como já disse desta tribuna, no Parlamento a discussão, o debate, sempre vai à exaustão. A discussão jamais se vai exaurir no Parlamento. Estamos aqui para ajudar, contribuir, aproximar e promover um *link* entre os professores, o Sinte, o governo e, sobretudo, a secretaria da Educação. Tenho certeza de que vamos chegar a um bom entendimento.

Agora, acredito na recuperação efetiva do salário dos professores no governo de Raimundo Colombo. E tenho convicção de que este governo haverá - não só através de salário, mas de qualificação e de atitudes concretas no dia a dia - de dar o efetivo respeito e dignidade aos professores de Santa Catarina.

Quero também dizer que hoje pela manhã fizemos uma audiência pública memorável com empresários das várias autoescolas de Santa Catarina - o deputado Joares Ponticelli estava presente, bem como outros deputados. Este deputado, juntamente com o deputado Maurício Eskudlark, propôs essa audiência na comissão de Segurança Pública. Discutimos o edital que foi publicado há poucos dias, que, no nosso entendimento, está evadido de fragilidades e de algumas inconstitucionalidades.

O deputado Joares Ponticelli pronunciou-se também e tomamos uma decisão importante e decisiva, porque em consenso com as entidades, que representam as autoescolas e o Parlamento, com a participação do líder do governo, estamos mandando um ofício ao governador para suspender temporariamente o edital de licitação das autoescolas em Santa Catarina. E nesse período de suspensão vamos promover a discussão com as entidades, a comissão de Segurança, o Parlamento, a secretaria, para readequarmos o edital, melhorando-o, sempre com a preocupação de que as autoescolas possam prestar um serviço de qualidade para Santa Catarina. Essa é a nossa preocupação principal.

O edital carece de mecanismos que possam prestigiar, valorizar aquelas autoescolas que têm uma história, um acervo, um serviço prestado há muitos anos. Na verdade, o edital possibilita forasteiros,

calçados em promessas, a participarem da licitação e, pior do que isso, a ganharem a mesma e certamente, posteriormente, negociarem essa possível vaga com proprietários de autoescolas que já estão atuando no negócio por muitos anos. Isso seria uma tragédia para o nosso estado. E o edital ainda passa por cima da legislação federal que garante o exercício da profissão para aqueles que já estão atuando. Ou seja, os que estão atuando na profissão há décadas, como instrutores e diretores, não serão valorizados na análise da documentação que deve ser apresentada.

Em Blumenau temos um centro de formação teórica que atende a várias autoescolas. O edital exige aulas teóricas e práticas, portanto mata esse centro teórico que existe há anos e que presta relevantes serviços ao município e à região.

O edital também define o preço máximo e o preço mínimo, mas na tabela não consta o preço mínimo. Assim, com certeza, forasteiros, pessoas que não têm conhecimento da área, colocarão um valor impossível de ser praticado e degradarão a qualidade do serviço prestado.

Agora, no que diz respeito à quantidade de autoescolas em Santa Catarina, temos 404, mais 14 que estão dependendo da vitória, num total, portanto, de 418. O edital, contudo, definiu 374 vagas.

Ressalte-se, sr. presidente, que o edital não observou a lei estadual e muito menos o decreto. Por quê, deputado Antônio Aguiar? Porque a lei estadual aprovada no ano passado neste Parlamento define que a cada dez mil eleitores pode haver uma autoescola. Os municípios que têm menos de dez mil eleitores poderão ter a sua autoescola conforme estudo do Sebrae, ou seja, dependendo da viabilidade econômica.

Muito bem! O edital acaba, por exemplo, com várias autoescolas. Alguns exemplos: existem há anos duas autoescolas em Capinzal, mas o edital limita a uma vaga apenas. Em Imbuia, Cordilheira Alta, Agrônômica, Arroio Trinta, além de outros municípios, ocorre a mesma coisa. Ora, Imbuia tem 4.500 eleitores, mas perderá sua autoescola. Bela Vista de Toldo, na nossa região, deputado Antônio Aguiar, onde fomos muito bem votados, tem 2.500 eleitores, no entanto não vai ter autoescola.

Então, entendemos que não foram observados os critérios da lei estadual e do decreto em vigor. E hoje foi discutida a possibilidade de as instituições apresentarem uma proposta de readequação do edital, uma proposta que mantenha, no mínimo, aquelas que existem, porque não é justo que municípios como Imbuia, por exemplo, que tem uma autoescola há anos, que tem 4.500 eleitores, perca a sua autoescola.

Esperamos que o PL. n. 0190/2011, cujo relator é o deputado José Nei Ascari, ao qual o deputado Dado Cherem pediu vista, possa ser readequado e achada uma solução racional para os proprietários, mas, sobretudo, para os usuários das autoescolas de Santa Catarina.

Sr. presidente, tomamos, no nosso entendimento, uma iniciativa importante pela manhã e vamos propor a readequação do edital. Se não o readequarmos, numa atitude um pouco mais radical, vamos propor a sua suspensão definitiva, para que possamos voltar a tratar do assunto com calma, com coerência, com racionalidade, nunca fugindo do principal

objetivo que é prestar um serviço de qualidade para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados aos PMDB.

Com a palavra o deputado Moacir Mota, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, professores, visitantes que prestigiam o nosso Parlamento, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital.

Na quinta-feira, às 16h, tivemos uma reunião muito importante neste Parlamento, quando discutimos com os demais líderes e buscamos um caminho para voltarmos à normalidade na vida pública de Santa Catarina, com a retomada das aulas pelos nossos professores.

Trabalhamos muito na quinta-feira, e o que aconteceu? Foi marcada uma reunião para ontem à tarde com todos os líderes para acharmos o melhor caminho ou, pelo menos, o mais razoável. A reunião foi longa e resolveu-se que aquela medida provisória que machucava diretamente o professor, porque mexia nos seus direitos históricos, seria varrida pela comissão de Constituição e Justiça, deputada Luciane Carminatti.

Além disso, na próxima terça-feira, a mesma coisa acontecerá com a outra medida provisória. Por que não foi feito antes? Porque era preciso respaldar o pagamento feito deste mês.

O que ocorrerá a seguir? O governo encaminhará um projeto de lei complementar que será discutido, debatido, e tentaremos encontrar a melhor solução para todos. Eu sei que há a maior boa vontade do governo, mas o cobertor é curto: se tapa os pés, destapa a cabeça, se cobre a cabeça, descobre os pés. De qualquer forma, tem que existir uma solução que não mexa naquilo que foram conquistas de anos dos professores.

Acredito que estamos caminhando fortemente na direção da solução, através do diálogo entre a Situação e a Oposição. Porque todos nos elegemos para trabalhar em prol da nossa gente, da nossa região. É isso que temos feito ao longo dos nossos 28 anos de vida pública, sendo seis mandatos neste Parlamento, cumprindo nossa missão com trabalho, com ética, com profissionalismo e com lealdade ao povo de Santa Catarina.

Esse é o caminho daqueles que querem buscar o melhor. Às vezes não dá para conseguir o melhor, mas pelo menos tentamos trabalhar para encontrar uma saída e uma solução para todos. Sou líder da bancada do PMDB, defendo o governo nesta Casa, mas temos que lutar para buscar o melhor.

Acho que não é bom para a Educação essa paralisação e muito menos para o governo. Então, temos que encontrar uma saída, uma solução. Eu sei que é isso também que o governo está querendo. É difícil, mas temos que encontrar uma saída. Teremos que tomar algumas medidas meio antipáticas para buscar recursos, e vocês sabem onde teremos que mexer, mas este Parlamento terá que tomar uma posição, uma decisão firme, arrojada e decisiva.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu concedo um aparte a v.exa., que melhorará ainda mais o meu pronunciamento, pois é professor e tem conhecimento do assunto.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Obrigado, deputado Manoel Mota.

V.Exa., que é sempre coerente, ponderado, aguerrido e corajoso em suas colocações, devido à sua larga experiência, coloca bem ao dizer que não há outro caminho a não ser o da discussão, do entendimento e da ponderação.

Reconhecemos que a greve é um instrumento legal, e com esse episódio da paralisação já se vislumbrou a discussão do entendimento com os Poderes para retirar, quem sabe, os recursos do Fundeb da base de cálculo no repasse para os poderes. Já foram realizadas algumas reuniões para tratar desse assunto; há projetos de lei de autoria da deputada Luciane Carminatti tramitando nesta Casa, que tratam também desse assunto, enfim, temos que construir um caminho em conjunto.

Tenho dito que às vezes o ótimo é inimigo do bem. Avançamos, mas fazemos um apelo no sentido de continuarmos discutindo, negociando, para buscar o entendimento. Precisamos, também, de um gesto do sindicato. O governador Raimundo Colombo ofereceu um gesto retirando o pedido de ilegalidade da greve, tem conversado com os professores, tem sido acessível a eles, mas para que possamos avançar e evoluir precisamos de gestos de ambas as partes. Isso é fundamental.

Então, com todo o respeito à categoria, que é importante, que tem que ser valorizada, quero dizer que há muitos anos não é valorizada, mas será no governo Raimundo Colombo, com absoluta convicção. O seu governo começou há cinco meses, está no início. Queremos conversar com os professores mais adiante. E podem ter certeza de que o governo, com a absoluta convicção nas suas atitudes, nos seus gestos, irá respeitar e valorizá-los sempre, porque são fundamentais ao desenvolvimento do nosso estado.

Obrigado, deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer a v.exa. pelo seu aparte e dizer que o governo está tentando fazer a sua parte. Queremos contribuir também porque quando o governo não tem recurso suficiente para buscar aquilo que é fundamental, aquilo que é ideal, encontramos uma forma para poder trabalhar. Agora, se tirarmos tudo dos Poderes eles irão ficar inviabilizados, e isso é meramente impossível.

Então, dentro desse projeto estamos da mesma forma, gradativamente, encolhendo para buscar dinheiro para a Educação, a fim de cumprirmos uma missão que o governo com certeza quer.

Não adianta fazermos discurso fácil para sermos aplaudidos aqui. Temos que fazer um discurso real, um discurso de tudo que tenha validade de fato e de direito. É isso que precisamos.

Às vezes temos, governo e líder, que tomar algumas posições porque vemos que muitos discursos não são construtivos, visam apenas vantagem política. Mas neste momento não há necessidade de se tirar vantagem política, é necessário apenas respeitar uma categoria que está trabalhando e que merece respeito. Para isso é preciso respeitar este

governo que tem apenas cinco meses de mandato.

Dá para construir? Dá para construir. E acho que as medidas tomadas, hoje, com a retirada da medida provisória, são uma demonstração de que este é um governo de diálogo, é um governo que quer acertar. Há muitas pessoas que não sei se querem acertar ou não, porque para elas quanto pior melhor. Essas pessoas não vão querer. Agora, o Parlamento tem a obrigação de trabalhar para acertar, para buscar resultados que são fundamentais para Santa Catarina.

Sabemos perfeitamente o prejuízo que as crianças e os professores têm com essa greve. Por isso entendo que este é um momento muito importante e de muita reflexão. Eu, que sempre tive muito compromisso nesses meus 28 anos de mandato, estou ajudando a cumprir uma missão, para que possamos buscar a normalidade em Santa Catarina sem a perda do que foi conquistado pelos professores ao longo do tempo. Essa é uma posição muito clara.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, estivemos participando do almoço da bancada do PSDB hoje, que contou com a presença do secretário Paulo Bornhausen. Como costumeiramente se faz toda semana, recebemos, junto com os pares do PSDB, algum secretário ou alguma autoridade governamental para dar explicações das suas atividades.

Confesso que entrei nesse almoço, nessa reunião, considerando-a como qualquer outra que participo semanalmente, mas no fim da reunião estava totalmente impressionado com o que ouvi, e se 30% do que ouvi acontecer, dar-me-ei, sinceramente, por feliz por ter participado desse processo.

O deputado Paulo Bornhausen, na hora da reunião, falava da sua vontade, do seu desejo de implantar na secretaria uma série de projetos. Para tanto tem percorrido o estado inteiro visando, principalmente, os futuros adultos, as nossas crianças e adolescentes de hoje, através de projetos. São projetos que visam ajudar justamente as pessoas menos favorecidas, aquelas que têm uma microempresa, que tem um, dois funcionários ou até cinco funcionários, sendo que muitos sequer têm a sua empresa e trabalham na informalidade.

São projetos de financiamento para os microempresários, de R\$ 3 mil, de R\$ 5 mil. São valores pequenos que significam muito para essas pessoas que trabalham e fazem o que podem para sobreviver.

São projetos de banda larga gratuita para vários pequenos municípios que não a possuem. Muitos municípios catarinenses têm internet na delegacia de polícia, na prefeitura, mais um ou dois pontos da cidade e mais nada. Existe um trabalho no sentido também de dotar essas pequenas cidades de banda larga gratuita. Inclusive, o governo federal tem um projeto macro de instituir a banda larga ao preço de R\$ 35,00, dando condições às pessoas de acesso à internet.

Esse projeto que o secretário passou para nós é um projeto de acesso gratuito dessas pessoas das pequenas comunidades, de pequenos municípios. Projeto de cursos técnicos para jovens que estão no ensino médio, paralelamente a esse trabalho que eles desenvolvem, e dentro disso um acompanhamento também para que possam, ao término desse curso, ter o devido encaminhamento para o mercado de trabalho.

São projetos de incentivo aos pequenos agricultores dos municípios do interior do nosso estado, que já viram seus filhos saírem de lá. O deputado Padre Pedro Baldissera, meu querido amigo, conhece muito bem essa realidade no interior. Muitos filhos desses agricultores já vieram para a capital atrás de um futuro melhor, deixando para trás seus pais, que ficaram cuidando da pequena propriedade, num sacrifício enorme.

Existe na secretaria que Paulo Bornhausen ocupa um projeto com a intenção de fixar o homem no campo. Confesso que fiquei impressionado, não sei se foi porque ontem à noite jantei com alguns dos meus familiares e olhava muito para o meu neto, depois tiramos até uma fotografia juntos, pois fazia dias que não ficávamos juntos. Meu neto vai fazer 16 anos e está maior que eu. E depois, em casa, eu olhava aquela foto e vendo o meu neto já com quase 16 anos eu me perguntava: meu Deus do Céu, o que vai ser desse menino? O que vai ser dessa geração, dos jovens de 13, 14, 15 anos que estão numa verdadeira selva? O mundo está uma verdadeira selva. É uma competição desenfreada. O que vai ser desses jovens amanhã? Mas eu ouvi, com muito entusiasmo, o secretário falar em relação ao futuro dos jovens catarinenses. Isso me encheu de alegria.

Não posso deixar de citar aqui, sr. presidente, esse fato para os srs. deputados e dar um crédito ao secretário e toda a sua equipe, aliás, não é somente o secretário que trabalha nesse sentido, é uma equipe enorme que está trabalhando em cima de inúmeros projetos.

Meus parabéns ao secretário Paulo Bornhausen pela iniciativa da sua secretaria, pelo que vem desenvolvendo.

Sr. presidente, infelizmente, tenho somente um minuto e meio para falar, mas quero citar apenas essa fuga que tivemos, em apenas cinco meses, de praticamente 150 presidiários. Na primeira vez foram 79 presos que fugiram, agora foram 78. E nas duas ocasiões apenas dois agentes estavam cuidando desse povo todo.

Essa prisão é um verdadeiro depósito. Isso não é prisão! É um depósito de seres humanos! São pessoas que estão depositadas numa prisão com a mente desocupada o dia inteiro, sem ter uma ocupação qualquer. Se eu estivesse preso lá, também estaria com a minha mente voltada para achar uma forma de fugir. E é o que fazem. O dia inteiro pensando numa forma de sair, de fugir de lá. E se formos atrás de todos aqueles que têm mandado de prisão neste estado, veremos que não existirá lugar algum de prisão em Santa Catarina para abrigar toda essa gente. Não vai existir!

O que é preciso fazer é mudar essa cultura para criarmos pequenos presídios agrícolas e industriais, para acabar com esse depósito humano dentro de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, pessoas que nos visitam no dia de hoje, quero também falar, dentro da linha de vários deputados e deputadas desta Casa, sobre essa importante ação proposta, na semana passada, pela nossa bancada, de reunir os líderes e discutir a polêmica da greve do Magistério. E ontem a deputada Luciane Carminatti nos representou nessa reunião e tirou um conjunto de encaminhamentos.

Com certeza, sras. deputadas, srs. deputados, professores e professoras que estão nessa luta, o diálogo continua sendo o melhor caminho para o processo. Mas para isso são necessárias ações. E esperamos que esta semana o governador nos apresente, nessa nova lei que virá para a Assembleia Legislativa, uma política diferenciada, que de fato possa por fim a essa mobilização e a esse impasse colocado, a fim de que os professores voltem para a sala de aula.

Concordo com v.exa., deputada Luciane Carminatti, quando diz que não pode vir para cá o que está na medida provisória. Entendemos que o governo não retira as medidas provisórias somente por retirar, mas porque elas estão equivocadas. Há um retrocesso no processo das conquistas da categoria dos trabalhadores da Educação. Por isso o novo PLC terá que vir com essas correções. É dentro dessa expectativa que trabalhamos.

Quero fazer também, em nome da nossa bancada, uma reflexão. Esses primeiros cinco meses deste ano foram muito reveladores. Eles trazem presente muitos números, muitos dados que a nossa bancada já tinha levantado e apresentado para a sociedade catarinense, dados esses que agora estão estampados nas páginas dos jornais de Santa Catarina, deputado Volnei Morastoni. São desvios de recursos nas mais diversas áreas, como da Saúde, da Educação, da Segurança. E o que é mais triste é que há cinco meses o governador Raimundo Colombo ainda não mostrou a sua proposta, para que veio, afinal. Será que o plano de governo foi simplesmente uma promessa?

Enfim, continua, digamos assim, um navio encalhado, pois o governo está parado, não tem ações concretas; as ações que existem não avançam para resolver os problemas cruciais de Santa Catarina. No caso da Educação temos a greve dos professores, que mostrou o drama salarial dessa categoria de trabalhadores responsáveis em preparar o futuro do nosso estado por meio do conhecimento. Tornou-se público que Santa Catarina tem o pior piso salarial pago ao Magistério entre os estados do Brasil. A situação nas escolas está tão precária que professores e comunidades estão fazendo rifas para comprar itens básicos como, por exemplo, papel higiênico. Os professores levam fogareiros a álcool para esquentar marmita, já que o vale alimentação tem valor ridículo, e eles são proibidos de comer a alimentação dada aos alunos, devido à privatização da alimentação escolar.

Por meio da greve ficou evidente a falta total de transparência na aplicação dos recursos da Educação, em especial os recursos da Fundeb. Não há conselho que acompanhe a aplicação dos recursos do Fundeb. Os recursos do Fundeb não ficam em uma conta única e são usados para pagar, por exemplo, inativos. Só essa manobra tirou, no ano passado, R\$ 232 milhões da Educação. Se somarmos os dados de 2003 a 2010, a conta sobe para R\$ 2,7 bilhões desviados da Educação para pagar inativos. Além disso, o governo do estado não tem aplicado na Educação o valor de 25%, como determina a lei. Ele tem aplicado somente 22%.

Assim poderíamos trazer outras questões, como, por exemplo, que o Fundo Social e o Sintec, juntos, tiraram R\$ 117 milhões da Educação no ano passado.

Então, srs. deputados, a questão é séria, a coisa não vai bem. E até os recursos dos arts. 170 e 171 para as bolsas de estudo não estão sendo aplicados. Além disso, na Segurança Pública a situação se mostra alarmante. As duas piores fugas no estado aconteceram nesses últimos meses.

O diretor da penitenciária estadual de Florianópolis, onde ocorreram as fugas, pediu demissão, porque várias vezes denunciou os problemas existentes e pediu investimentos urgentes do estado, mas nada foi feito.

Um decreto do governador, assinado no dia 20 deste mês, seis dias antes da fuga dos presos, retirou do Orçamento R\$ 79 milhões que estavam destinados para recursos humanos dos órgãos da Segurança. Ele retirou esses recursos e destinou para outros fins. Então, são R\$ 79 milhões a menos na Segurança Pública em Santa Catarina.

Na Saúde, deputado Volnei Morastone - e v.exa. é presidente da comissão de Saúde -, vemos a mesma situação. Há problemas gravíssimos, como a não aplicação da porcentagem constitucional na área da Saúde. A falta de gerenciamento e definição de prioridades é gritante. A ambulancioterapia segue firme e forte. Ambulâncias de todas as regiões do estado estacionam diariamente ao lado dos hospitais da capital trazendo milhares de doentes que rodam até 700km em busca de atendimento médico.

Faltam vagas nos hospitais. Os doentes são tratados nos corredores, e a estrutura de muitos hospitais é precária. As obras de ampliação nunca terminam. O governo do estado não pede credenciamento de UTIs e depois reclama que recebe pouco recurso do SUS.

Na questão da agricultura, principalmente na agricultura familiar, existia um orçamento de R\$ 16 milhões, mas somente R\$ 6 milhões foram de alguma forma liberados e aplicados nesse setor tão importante da economia catarinense.

Sr. presidente, faltam apenas 30 dias para se chegar aos seis meses de governo, e podemos dizer que a situação no nosso estado é preocupante nesses setores. Essas informações eram escondidas, não apareciam para a sociedade e a imprensa, mas nos últimos dias mostram claramente a situação que vive a política pública de Santa Catarina. Questões que eram prioritárias na campanha - e que já citei há alguns dias - do governador Raimundo Colombo parece que foram para terceiro, quarto, quinto e sexto planos.

Então, sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha, precisamos de uma grande ação do governador Raimundo

Colombo para resolver esses grandes problemas pelos quais Santa Catarina passa.

Além da problemática da greve, à qual não se dá um encaminhamento concreto, e além do problema da saúde pública catarinense, há uma grande preocupação da sociedade catarinense devido às grandes fugas nos presídios, o que tem amedrontando a sociedade catarinense. Há falta de policiais nas ruas. Existem pequenos municípios no oeste que possuem apenas um policial para ajudar a cuidar da população.

Então, sr. presidente e srs. deputados, esse é o desafio que levanto neste dia e também o alerta que faço como membro da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, desejo registrar a presença, neste plenário, do vice-prefeito de São Bento do Sul, o empresário Flávio Ervino Schuhmacher, nosso amigo que, hoje, está visitando o Parlamento catarinense.

Seja bem-vindo, Flávio Ervino Schuhmacher!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0153/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0159/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Há na pauta algumas mensagens de veto a serem discutidas, mas que necessitam de quórum qualificado. Portanto, deixaremos para a próxima sessão a discussão e votação dos vetos oriundos do Poder Executivo.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0177/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que declara de utilidade pública a Ação Social São Judas Tadeu, com sede no município de Brusque.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0188/2011, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que declara de utilidade pública a Associação Amigos da Cultura Manfrense, de Mafra.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0194/2011, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Pássaros de Luz, com sede no município de Itajaí (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Educação Conduzida Pássaros de Luz - alt. estatutária fls. 20).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Há na pauta da Ordem do Dia um projeto de lei complementar, mas a matéria será retirada de pauta também porque necessita de quórum qualificado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0168/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que institui o Dia Estadual do Portador da Síndrome de Down.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0183/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que altera os dispositivos da Lei n. 2.062, de 1959 (nova denominação - Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0203/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que altera a Lei n. 11.881, de 2001, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Balneário Barra do Sul.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Há sobre a mesa um projeto *ex-officio* que visa a não admissibilidade da Medida Provisória n. 0188/2011, de procedência governamental, que fixa o valor do vencimento dos integrantes do quadro de pessoal do Magistério Público Estadual e estabelece outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o parecer pela não admissibilidade.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s 0368/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0369/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0370/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0371/2011, de autoria da deputada Angela Albino; e 0372/2011, de autoria do deputado Altair Guidi, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunicamos que serão deferidos de plano os seguintes Requerimentos n.s: 0795/2011 e 0796/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0797/2011 e 0798/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0799/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0800/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0801/2011 e 0802/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0804/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0805/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário os seguintes requerimentos:

Requerimento n. 0794/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que solicita o envio de mensagem telegráfica a ANTT, unidade regional do Rio Grande do Sul, solicitando a construção de passarela no Km193 da BR-101, no município de Biguaçu.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0803/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao presidente da Embrapa, solicitando a retomada das negociações do acordo coletivo de trabalho 2011/2012 com os empregados dessa empresa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0058/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, a ser enviada ao ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, solicitando medidas urgentes para reavaliação dos critérios previstos no art. 12 da Instrução Normativa n. 45, de 15 de junho de 2004.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0079/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado e demais autoridades, solicitando informações sobre as despesas e investimentos do estado de Santa Catarina com a educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e público que está aqui presente nesta tarde de terça-feira.

Ainda continuando a discussão a respeito da reunião de ontem dos líderes com o presidente da Assembleia, devo dizer, com relação à questão dos recursos do Fundeb, que creio que já está claro para todo mundo que o dinheiro do Fundeb não está indo para os poderes. No entanto, esse recurso era usado como base de cálculo na hora de calcular os percentuais para os poderes, o que faz com que cada poder receba um valor nominal a mais, justamente em virtude dos recursos do Fundeb estarem incluídos para efeito de cálculo.

Quero manifestar o meu contentamento por conta dessa decisão da Assembleia, que, pelo que foi combinado ontem, uma emenda na Lei de Diretrizes Orçamentárias será assinada pelos 40 deputados tirando o Fundeb da base de cálculo. Evidentemente que feito isso automaticamente ocorrerá uma queda, uma diminuição da proporção de recursos para os poderes. E aí já há a manifestação do próprio presidente da Assembleia da impossibilidade de gerência, de trabalho, dos poderes com esse corte, vamos dizer dessa forma, ou com essa diminuição. Há necessidade, portanto, de se discutir novos percentuais de duodécimos para os poderes.

No entanto, quero manifestar o contentamento com a posição desta Casa, de todos os líderes, da Mesa Diretora, do presidente, deputado Gelson Merisio, de afirmar que a Assembleia Legislativa pode apertar o cinto até um determinado limite, que a Assembleia Legislativa pode deixar de receber parte desses recursos. Se houver uma diminuição de R\$ 60 milhões por conta da retirada do Fundeb como base de cálculo, e rediscutindo os percentuais, a Assembleia pode abrir mão de cerca de R\$ 30 milhões, o que seria, falando nos termos deste ano de 2011 - e é claro que no ano que vem é outro orçamento, é outra arrecadação -, a contrapartida do Poder Legislativo para sinalizar a vontade de que o governo invista esses recursos nos serviços essenciais, especificamente na Educação.

Há a sinalização, e é preciso dizer isso para os outros poderes, de que, sim, é possível que os poderes apertem o cinto, usando um termo clássico já, o qual nos tem irritado, porque ele sempre é usado contra os trabalhadores na hora do reajuste de salários, contra a sociedade, mas que os poderes podem fazê-lo agora. E não vou fazer discurso, até para evitar, como falei na semana passada, ser avaliado como um demagogo que está falando, mas com certeza existe a possibilidade de cortar. O que não dá é continuarmos massacrando os serviços essenciais na área da Educação, da Saúde e da Segurança.

A racionalização em nome do ajuste fiscal nos últimos 20 anos tem levado ao caos os serviços públicos essenciais. A fuga de 72 presos na penitenciária da Trindade, com outros seis que já tinham fugido durante a noite, são 78, perdendo em um apenas para aquela fuga de fevereiro, de 79 presos. Isso mostra que sempre foi o que se fez, ou seja, achar um servidor para responsabilizá-lo e dizer que a culpa foi do agente penitenciário, do soldado, do cabo, do sargento. Esse foi o discurso histórico e essa foi a injustiça cometida durante tanto tempo para os servidores.

Trabalhei naquele complexo por 15 anos, e a situação já era ruim, mas tínhamos o dobro de efetivo de policial militar para a metade dos presos que tem hoje.

A estrutura física tem aumentado num processo de favelização. A cada dois anos fazem mais um puxadinho e enchem de presos, o que dificulta a possibilidade da visibilidade dos poucos policiais que trabalham lá, porque ao pegar um páteo e enchê-lo de arapucas o campo de visibilidade evidentemente que diminui. Não tem cerca, e é assim, deputada Luciane Carminatti, há 20 anos. Ao passarmos na rua Lauro Linhares, embaixo, podemos ver o muro de 2,5m de altura. Mas pelo lado de cima aquele muro tem apenas 1,5m, porque tem o aterramento. Mas pensamos que é uma estrutura um muro de 2,5m de altura.

Nos fundos pode montar num cavalo, tirar o freio dele, as rédeas, meter a espora e chicotear que o cavalo vai passar e vai embora, não vai bater em nenhum obstáculo. Não tem cerca. A única coisa que segura o preso dentro do complexo é o olhar vigilante do agente penitenciário ou do policial militar, cada vez em menor número.

A partir do momento que o preso sai da cela, de uma forma ou de outra, porque cerra uma cela, porque arrebenta uma porta, porque pega o agente penitenciário de refém, ele está solto. E apenas a força física do policial militar, um policial militar que esteja

naquela redondeza, pode segurá-lo, senão, ele está solto. Não tem cerca. E escrevemos isso. Eu próprio fiz relatório há 20 anos dizendo que não tinha cerca. Em fevereiro deste ano se constatou que não tem cerca, mas que seria feita. E ainda não saiu.

Então, quando falamos que a situação é ruim e que vai piorar, às vezes dizem que o Sargento Amauri Soares está apostando no quanto pior melhor. Não, muito pelo contrário, estou preocupado com o sacrifício e o risco da vida humana dos servidores que estão lá, dos outros presos, sim, porque nas rebeliões os presos aproveitam para se caçarem entre si dentro da penitenciária, nas rixas, nas brigas de quadrilha que existem aí fora. E a população fica à mercê dessa situação.

Então, quero manifestar que é hora, sim, dos poderes pararem um pouco de pensar em outro prédio, em um prédio novo e mais espaço físico, em aumento de salário - não falo dos servidores que ganham pouco -, em aumentar a estrutura, a quantidade de titulares, para pensar efetivamente na sociedade.

Portanto, quero parabenizar a Mesa Diretora da Assembleia, o nosso presidente, deputado Gelson Merisio, com os líderes, por tomarem essa posição da Assembleia e dizer: "a Assembleia Legislativa se propõe em fazer a sua cota parte em favor da Educação e em favor dos serviços públicos essenciais".

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Deputado Sargento Amauri Soares, ouvi atentamente a sua manifestação e quero reforçar a preocupação com relação aos investimentos na Segurança Pública.

O decreto emitido pelo governo do estado do dia 20 de junho tirou R\$ 79 milhões da Segurança Pública, R\$ 5 milhões da Secretaria da Segurança, R\$ 5 milhões do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar e R\$ 69,5 milhões da Polícia Militar. De onde? Recursos humanos para essas áreas.

Então, não se faz políticas públicas sem recursos. Lamentavelmente uma semana depois do dia 20 estourou mais uma fuga.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

A Segurança Pública, deputada Luciane Carminatti, como v.exa. lembrou, não tem um "x" percentual do orçamento. A Educação está ruim e tem 25%; a Saúde está ruim e tem 12%; e a Segurança Pública não tem. Quem está sustentando a Segurança Pública são os municípios. O governo do estado, e não estou criticando esse ou outro governador, mas o governo do estado entra com o policial, com o salário do policial, do bombeiro e com a farda que ele usa, apenas com isso.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada Luciane Carminatti, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham, os que nos assistem pela TVAL e os que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital.

Ainda sobre a greve, estamos procurando, como dizíamos há pouco, por intermédio deste Poder, construir a saída, porque depois de 42 dias é evidente que todos estão angustiados e precisando construir essa solução.

Angustiados estão os professores, os alunos, os pais, estamos nós, deputados, está o governo, especialmente o governador Raimundo Colombo. Não tenho nenhuma dúvida do quanto isso o angustia. Percebi, senti isso em cada uma das reuniões que tivemos, porque é evidente que para quem está há apenas seis meses no governo, ainda sem completar seis meses, enfrentar uma situação tão difícil ninguém quer. Isso não é prazeroso para ninguém. Mas ele encontrou essa situação, essa realidade.

Sabíamos que isso iria acontecer pelos equívocos que foram cometidos ao longo dos anos, que iria estourar no colo de alguém. Estourou no colo do governador Raimundo Colombo que quer, sim, encontrar a solução. E estamos aqui fazendo a nossa parte.

Acho que ontem promovemos um grande gesto, deputado Nilson Gonçalves, quando esta Casa puxa para si parte da responsabilidade também. Da nossa coragem em dizer que vamos abrir mão de parte dos nossos recursos; da coragem de dizer que vamos retirar o Fundeb da base de cálculo da receita corrente líquida.

É claro, deputada Luciane Carminatti, que ninguém quer enfrentamento. Temos responsabilidades, ninguém quer provocação, ninguém quer inviabilizar nenhum poder. Sabemos da necessidade, da importância do Poder Judiciário em seus serviços para a população catarinense. E aquele Poder tem desta Casa o total reconhecimento. Mas no momento de retirarmos o Fundeb da base de cálculo precisamos, sim, sentar com o presidente do Tribunal de Justiça, o desembargador Trindade, com o dr. Lio Marin, procurador-geral de Justiça, com o conselheiro Roberto Herbst, presidente do Tribunal de Contas, com o reitor da Udesc, com o presidente desta Casa e com o chefe do Executivo, para vermos efetivamente o que cada um precisa, qual o quinhão que cada um precisa para poder implementar os seus serviços. É evidente que não podemos prometer, mas não dá mais para sustentar que o Fundeb entre na base de cálculo da receita corrente líquida.

Isso vai ser a solução? Evidentemente que não. Não vai resolver como num toque de magia. Não é uma varinha de condão, deputado Nilson Gonçalves, porque se fosse, o governador já teria lançado mão dela.

Precisamos compreender, deputado Carlos Chiodini, v.exa., que preside com muita competência a comissão de Educação, que não tem carta na manga, que não tem fórmula mágica. Temos que construir dinheiro novo, para acharmos a solução.

O governo já está comprometendo R\$ 22 milhões por mês na atual proposta. Isso dá R\$ 240 milhões por ano. Para manter a regência de classe como os professores querem e conquistaram isso na greve de 1986, que vem de lá a última grande conquista, precisamos de mais R\$ 15 milhões/mês. E dá mais de R\$ 180 milhões por ano.

Então, ontem, deputada Luciane Carminatti, meio que conseguimos uma saída a

partir de janeiro, porque com essa mudança na base de cálculo, vamos ter aí uma economia aproximada de R\$ 100 milhões para o Executivo. Mas são precisos R\$ 180. Aí, o governo precisa fazer a sua parte e encontrar esses outros R\$ 180.

Eu e a minha bancada defendemos uma tese que não é nova, é a de sempre. Votamos contra as SDRs, deputada Luciana Carminatti. Votamos contra e continuamos defendendo o fechamento, se não de todas, mas de boa parte delas. Seria um enxugamento. Essa é uma alternativa que sempre defendemos. E não é jogar para a plateia. Nosso voto v.exa. sabe, deputado Nilson Gonçalves, está na lei desde 2003 e continuamos defendendo isso.

Se o governo quiser encontrar outra solução, terá o nosso apoio para isso. O fato é que ele precisa encontrar mais R\$ 180 milhões, deputado José Milton, a partir de janeiro. O drama agora é apenas a solução, deputada Luciane Carminatti, daqui até janeiro. Acho que esse é o nosso desafio. E no momento em que praticamos o gesto hoje de arquivar a Medida Provisória n. 188, em que nos comprometemos a arquivar a Medida Provisória n. 189, de terça-feira da semana que vem, esperamos que o governo encaminhe um PLC nesse meio tempo. E se o governo puder incorporar algo mais, ótimo, vai ter o nosso aplauso. Se não puder, deputado Carlos Chiodini, o que precisamos é continuar com esse respaldo da parte do governo para complementar aqui aquilo que é possível. De que forma? Bom, tem um limite prudencial que não pode ser comprometido.

O vale alimentação precisa de correção, porque está há dez anos sem reajuste. Há dez anos eram R\$6 por dia; dava um *cheese* salada com um suco natural. Hoje, dá uma coxinha engraxada com um Q-Suco e olhe lá.

Então, é preciso corrigir. Essas são alternativas. É um paliativo, verdade, mas que faz justiça, porque o vale desde que foi constituído, concedido, em abril de 2001, nunca teve nenhum reajuste. Continuam R\$ 6,00 por dia. E não dá para manter essa situação.

Eu disse para o pessoal que estava aqui, um pessoal de Tubarão, que não duvidasse de nenhum dos 40 deputados. Estamos em 40 deputados comprometidos com a busca de uma solução. E o nosso aplauso também ao governo, porque foram oito anos esperando uma oportunidade e agora estamos conseguindo sentar com o governo, conversar e negociar em favor do Magistério.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Joares Ponticelli, só para corroborar com v.exa., acredito que é salutar, recomendável, que os professores façam regime, porque é saudável. Agora, morrer de fome, não, porque com esse vale realmente vão morrer de fome. Essa é a grande verdade.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Valmir Comin.

Acho que foi o deputado Sargento Amauri Soares que levantou, ou a deputada Luciane Carminatti, que vários municípios também estão entrando em greve. Em Tubarão

já são mais de 30 dias, deputada Luciane. E lá o governo é de 11 anos.

O prefeito atual fica um ano cometendo uma reforma administrativa salvadora, feita em março, uma reforma de cooptação. Ele criou mais cargos comissionados ou aumentou os salários para poder fazer cooptação de partidos, inclusive tentando cooptar o seu partido, deputado Carlos Chiodini, o PMDB, que recusou bravamente, que não aceitou a oferta de cargos. Enquanto isso o Magistério da cidade de Tubarão amarga há mais de 30 dias também com a intransigência do governo, que marcou a reunião na sexta-feira, mas os secretários, acredito eu, emendando o feriado, deixaram de atender aos professores na hora que marcaram.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Deputado Joares Ponticelli, não poderia deixar de parabenizá-lo pela pertinência do seu pronunciamento, que em poucos minutos colocou a complicação na solução da greve do Magistério e também a necessidade social de encontrarmos a equação, tendo em vista que envolve toda a sociedade catarinense e que seus reflexos vêm aumentando a cada dia.

Entendo que v.exa. explanou de forma segura o que está acontecendo. O governo tem os seus limites e está procurando uma solução, e os professores têm o direito de reivindicar por questões que são absurdas como, v.exa. colocou e citou, o vale alimentação, entre outros.

Então, imagino que essa é a linha de continuidade que temos que ter, deixando a negociação aberta para buscar mais conquistas.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Carlos Chiodini, incorporo a sua manifestação e rogo a Deus que nos mantenha serenos, assim como toda a categoria, e que permita que o governo possa continuar aberto ao diálogo, para que possamos nos próximos dias encontrar a solução para esse impasse que atinge a todos nós.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Srs. deputados, não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência comunica, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, que são as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 58ª Sessão Ordinária de 29/06/2011:

Discussão e votação em turno único das Mensagens de Veto n.s 0122/2011 e 0123/2011; e

Discussão e votação em primeiro turno do PLC n. 0018/2011.

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.296, de 29 de junho de 2011

Declara insubsistente a Medida Provisória nº 188, de 2011, que "Fixa o valor do vencimento dos integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual e estabelece outras providências".

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do art. 48, inciso VII, da Constituição do Estado e do art. 312 do Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada insubsistente a Medida Provisória nº 188, de 23 de maio de 2011, que "Fixa o valor do vencimento dos integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual e estabelece outras providências".

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 29 de junho de 2011

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 313/11

A.A.E.B - ASSOCIAÇÃO DOS ATLETAS ESPECIAIS DE BRUSQUE

EXMO. SENHOR GELSON MERISIO.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A ASSOCIAÇÃO DOS ATLETAS ESPECIAIS DE BRUSQUE - AAEB, conforme LEI Nº 15.322, de 22 de novembro de 2010, que tornou a AAEB de Utilidade Pública, está encaminhando a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina os documentos abaixo relacionados:

I - Relatório de Atividades do ano de 2010;

II - Atestado de Funcionamento;

III - Certidão do Registro da Entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e

IV - Balancete Contábil do exercício de 2010.

Desde já os nossos agradecimentos, colocando-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Brusque, 27 de junho de 2011.

PROF. JOSÉ ANTONIO GONÇALVES RIOS

DIRETOR EXECUTIVO

Lido no Expediente

Sessão de 29/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 314/11

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS "ESCOLA ESPECIAL DAIANE DO PRADO"

Ofício nº 035/2011

Galvão, 21 de junho de 2011.

Gelson Merisio

Palácio Barriga Verde

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Vimos através de o presente encaminhar Relatório Anual das Atividades da APAE de Galvão - SC, referente ao ano base de 2010, conforme solicitado.

Atenciosamente.

Amantino Borella - Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 28/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 315/11

**Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina
Ofício 029/2011
Florianópolis, 6 de junho de 2011.**

Exmo. Senhor

GELSON MERISIO

Presidente da ALESC

Nesta

Senhor Presidente,

Em atenção ao que estabelece a Lei 15.125/10, encaminhamos à Assembleia Legislativa os documentos abaixo relacionados, tidos como necessários para a manutenção do caráter de utilidade pública desta entidade, quais sejam:

- Relatório de Atividades de 2010

- Declaração de que a entidade permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade

- Declaração de funcionamento atualizada

- Certidão de Registro no Cartório de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas

- Balanço 2010

Sem mais, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Eloi Trevisan

PRESIDENTE DO COSEMS/SC

Lido no Expediente

Sessão de 28/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 316/11

RFCF REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE IMARUÍ
CNPJ 95.787.651/0001-80

OFÍCIO Nº 02/11

Imaruí, 17 de junho de 2011.

Exmo. Sr.

Gelson Merisio

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Vimos através deste encaminhar o Relatório das Atividades Desenvolvidas nos últimos doze meses da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imaruí, e os documentos solicitados pela Lei nº 14.182 em seu Art. 3º.

Antecipadamente agradecemos a atenção dispensada, firmamo-nos cordialmente.

Atenciosamente.

Vanda Marly Pereira Candemil

PRESIDENTE

Lido no Expediente

Sessão de 28/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 317/11

CTG - PORTEIRA ABERTA

CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS PORTEIRA ABERTA

CTG/Ofício nº 018/2011

São Miguel do Oeste/SC, 10 de junho de 2011.

Exmo. Sr.

DEPUTADO GELSON MERISIO

DD. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Palácio Barriga Verde

Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310 Centro

88.020-900 - Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através do presente encaminhar a Vossa Excelência o Relatório das Atividades Desenvolvidas pelo CTG Porteira Aberta e seus Departamentos, referente ao ano de 2010.

Encaminhamos também, o Balancete Contábil correspondente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010.

Colocando-nos ao inteiro dispor para eventuais esclarecimentos, na oportunidade expressam protesto de estima e alto apreço, juntamente com nossas,

Saudações Tradicionalistas.

Leoni Haugg de Conto

Patrão

Glaene Ermelinda Tiezerini

1ª Sota Capataz

Lido no Expediente

Sessão de 28/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 318/11**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**

Of. Nº 023/11 Sombrio, 15 de junho de 2011

Exmº Sr.

Gelson Merisio

DD. Presidente da Assembleia Legislativa

Florianópolis/SC

Prezado Senhor.

Com nossas cordiais saudações, vimos através deste encaminhar a Vossa Senhoria, Relatório de Atividades, Balancete Contábil, Atestado de Funcionamento e Certidão de Registro da APAE de Sombrio, referente ao exercício de 2010.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

José Luiz Lopes

Presidente PAE

*Lido no Expediente**Sessão de 28/06/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 319/11**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA****IRMÃ URSULA HEIDEMANN DE TURVO - SC**

Turvo, 27 de junho de 2011

PARA**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA**

Em conformidade com a Lei vigente, vimos apresentar os documentos, para a manutenção da Lei de Utilidade Pública Estadual da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA IRMÃ URSULA HEIDEMANN DE TURVO, SC. CORDIALMENTE

Jose Luiz Bez Batti

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 29/06/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 320/11**Associação Empresarial Itapema****ACITA/214/11 - Itapema, 16 de junho de 2011.****A diretoria Legislativa da Assembleia Legislativa Santa Catarina**

Prezados Senhores,

Vimos por meio deste, encaminhar a documentação comprobatória, conforme determinação da Lei Estadual nº 15.125 de 19 de janeiro de 2010, disposto em seu art. 3º que a entidade declarada de Utilidade Pública deverá encaminhar à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, para devido controle de identificação do cumprimento do disposto do art. 1º desta lei, sob a pena de suspensão do reconhecimento de Utilidade Pública, os seguintes documentos:

- Relatório Anual das atividades do exercício anterior;
- Atestado de funcionamento atualizado;
- Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- Balancete contábil.

Nada mais havendo para o momento, agradecemos a consideração e colocamo-nos a disposição.

Roderjan Diehl Volaco**Presidente***Lido no Expediente**Sessão de 29/06/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 321/11**Câmara de Dirigentes Lojistas de Itapema****CDL/213/11 - Itapema, 16 de junho de 2011.****A diretoria Legislativa da Assembleia Legislativa Santa Catarina**

Prezados Senhores,

Vimos por meio deste, encaminhar a documentação comprobatória, conforme determinação da Lei Estadual nº 15.125 de 19 de janeiro de 2010, disposto em seu art. 3º que a entidade declarada de Utilidade Pública deverá encaminhar à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, para devido controle de identificação do cumprimento do disposto do art. 1º desta lei, sob

a pena de suspensão do reconhecimento de Utilidade Pública, os seguintes documentos:

- Relatório Anual das atividades do exercício anterior;
- Atestado de funcionamento atualizado;
- Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- Balancete contábil.

Nada mais havendo para o momento, agradecemos a consideração e colocamo-nos a disposição.

Carlos Alberto Fabro**Presidente***Lido no Expediente**Sessão de 29/06/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 322/11ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA AMIGOS DO HOSPITAL DE TIMBÉ DO SUL
CNPJ 07.447.710/0001-03

Rua Zelindo Savi. 67 - Centro - Timbé do Sul/SC - CEP 88940-000

Fone/Fax:(0**48)3536-1122-Email: fmsantoa@hotmail.com

A Associação Mantenedora Amigos do Hospital de Timbé do Sul, situado na Rua Zelindo Savi, nº 67, Bairro: Centro, no Município de: Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 88940-000, telefone: (48) 3536-1122.

Requer:

- () Declaração de Utilidade Pública
- () Expedição do Título Declaratório de Utilidade Pública
- (x) Revalidação do Título Declaratório de Utilidade Pública
- () Regularização do Título Declaratório de Utilidade Pública
- () Regularidade de Situação do Título Declaratório de Utilidade Pública
- () Expedição do Título Declaratório de Regularidade de Situação) bem como,
- () Expedição de Certidão do Título Declaratório de Utilidade Pública ou de Regularidade de Situação

Em, 13 de junho de 2011.

*Lido no Expediente**Sessão de 29/06/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 323/11

Lions Clube Xanxerê - SC

"A base do Servir está no Amor, na Confiança, e na Alegria"

CaL Sandra de Paula e CL Wagner de Paula

GESTÃO 2010/2011

Xanxerê, SC. 20 de junho de 2011.

À

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Exmo. Senhor

Gelson Merisio

Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Florianópolis, SC.

O Lions Clube Xanxerê com sede no Parque de Exposições Rovillo Bortoluzzi, no município de Xanxerê Estado de Santa Catarina inscrito no CNPJ sob. N 83.405.829/0001-79 vem através desta requerer a renovação de Utilidade Pública. Encaminho os seguintes documentos em anexo:

Certidão emitida pelo Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Atestado de Funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Relatório das atividades do clube dos últimos 12 meses.

Balancete Contábil.

Desde Já agradecemos o apoio e atenção que recebemos da Assembleia Legislativa.

Atenciosamente;

Lions Clube Xanxerê

Fernando de Siqueira

Secretário

*Lido no Expediente**Sessão de 29/06/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 324/11

SOCIEDADE ESPÍRITA ENCONTRO FRATERNO

16 de maio de 2011.

Exmo. Sr. GELSON MERISIO

Presidente

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis

Excelentíssimo senhor

Vimos, respeitosamente, solicitar a V.Exa. o registro de controle e/ou fornecimento de certidão atualizada da Declaração de Utilidade Pública Estadual de nossa entidade, emitida sob o número 15.231/10, para o que anexamos os documentos de praxe.

Agradecemos a atenção e apresentamos a V.Exa. votos de saúde e paz.

Atenciosamente

MADALENA PARISI DUARTE

Presidente

E-mail: ousar@terra.com.br

Fones: (47) 3327-1775 19979-2733

Anexos

1. Relatório de Atividades 2010
2. Declaração de Funcionamento, assinada pelo presidente da Câmara Municipal de Blumenau
3. Certidão da última alteração do Estatuto da SEEF, emitida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Blumenau
4. Cópia do CNPJ
5. Cópia da Lei 15.231/10

*Lido no Expediente**Sessão de 29/06/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 325/11**Eco & Ação**

Para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Nesta

INSTITUTO ECO&AÇÃO - entidade não governamental está localizada na Rua Professor Prudente de Moraes, 220, sala 201, Canasvieiras, Florianópolis, SC, CEP 88.054-220, vem, respeitosamente, apresentar o relatório de suas atividades, conforme exigência expressa na Lei requerer elaboração de projeto de lei para reconhecimento da entidade como de utilidade pública estadual, conforme Lei 15.125/2010.

Apresenta, em anexo, os documentos exigidos.

Salienta que na declaração de imposto de renda de pessoa jurídica 2010 consta como 'inatividade' devido a atuação voluntária da entidade e de seus associados. Não há, desta forma, ingresso de verba no caixa da entidade.

Espera deferimento.

Florianópolis, 20 de junho de 2011.

Silvio Saad

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 29/06/11*

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 248/11**

Declara de Utilidade Pública a Associação Bombeiros Comunitários de Criciúma.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Criciúma, com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
 - II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
 - III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 - IV - balancete contábil.
- Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Sala das Sessões,
Deputado Dóia Guglielmi

*Lido no Expediente**Sessão de 29/06/11*

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa declarar de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Criciúma, atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

Com base em tais argumentos é que submeto aos meus pares a presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 249/11

Declara de utilidade pública a Associação Centro Assistencial Eurípedes Barsanulfo

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Centro Assistencial Eurípedes Barsanulfo, com sede no município de Jaraguá do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
 - II - atestado de funcionamento atualizado;
 - III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 - IV - balancete contábil.
- Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Sala das Sessões
Deputado Carlos Chiodini

*Lido no Expediente**Sessão de 29/06/11*

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação Centro Assistencial Eurípedes Barsanulfo, com sede no município de Jaraguá do Sul, município do Estado de Santa Catarina.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, educacionais, religiosos de assistência espiritual e promoção social, que tem por objetivo difundir a prática do espiritismo evangélico, a prática da caridade cristã e outros.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública servirá como incentivo à entidade, solicito aos Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 250/11

Declara de utilidade pública o Centro Regional de Recuperação e Reabilitação de Dependentes Químicos, de Presidente Getúlio.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro Regional de Recuperação e Reabilitação de Dependentes Químicos, com sede no município de Presidente Getúlio.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
 - II - atestado de funcionamento atualizado;
 - III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 - IV - balancete contábil.
- Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões em
Deputado Jorge Teixeira

Lido no Expediente
Sessão de 29/06/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa declarar de utilidade pública o Centro Regional de Recuperação e Reabilitação de Dependentes Químicos, com sede no município de Presidente Getúlio.

Diante da relevância dos propósitos em que se pauta a referida entidade, que tem por finalidade desenvolver atividades de assistência social e saúde, programas e campanhas de prevenção, bem como a recuperação e reabilitação de dependentes químicos, solicito o acolhimento da presente proposição, a qual submeto à apreciação e aprovação dos nobres Deputados, para que a entidade possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 251/11

Dispõe sobre a cobrança ou repasse do ônus sobre a confecção, expedição ou remessa de carnês e boletos bancários e dá outras providências.

Art. 1º Fica proibida a cobrança ou repasse, pelo fornecedor de produtos ou serviços do ônus decorrente da confecção, da expedição ou da remessa de carnês e boletos bancários, decorrentes de operação de aquisição ou de consumo.

Parágrafo único. A proibição prevista nesta Lei não se aplica quando a cobrança tenha expressa ciência e concordância do consumidor.

Art. 2º Os estabelecimentos e os fornecedores de serviços que realizem operações que incluam a sistemática de cobranças por intermédio de carnês ou boletos bancários ficam obrigados a fixar em suas sedes placas informativas da proibição, no prazo de até um ano após a entrada em vigor da presente Lei.

Art. 3º O não cumprimento das disposições desta Lei implicará aos infratores na imposição de multa por obrigação descumprida, observadas as condições atenuantes e agravantes, sem prejuízo da devolução dos valores cobrados corrigidos monetariamente.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até noventa dias contados da data da sua publicação, prescrevendo, entre outros aspectos, a dosagem das multas e as dimensões mínimas das placas informativas e os seus dizeres, em atenção ao disposto no art. 2º.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente
Sessão de 29/06/11

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresento à consideração dos Pares deste Parlamento visa dispor sobre a proibição de cobrança, ou o repasse, do ônus sobre a confecção, expedição ou remessa de carnês e boletos bancários e dá outras providências.

Rotineiramente se verifica que o consumidor tem assumido o custo de emissão, expedição ou de remessa de carnês ou de boletos bancários, o que tem onerado ainda mais as operações que são adimplidas por intermédio dessas sistemáticas.

Ocorre que essas emissões são realizadas mediante a inclusão automática de mais este custo, o qual, na maioria das vezes, não é previamente informado e acordado pelos consumidores no momento da aquisição dos produtos ou dos serviços, onerando ainda mais os consumidores, os quais, em muitas ocasiões, acabam pagando por mais esse encargo por desconhecerem, ou até mesmo em face de entenderem que o valor correspondente acaba sendo pequeno em razão do desconforto e da burocracia de reclame.

Destarte, o Código de Defesa do Consumidor determina no seu art. 40, que o fornecedor será obrigado a entregar ao consumidor o detalhamento das condições pactuadas, como o valor da mão de obra,

dos materiais e equipamentos a serem empregados, bem como as condições de pagamento e as datas de início e término dos serviços. Ainda, ao consumidor não poder ser atribuído qualquer ônus ou acréscimo decorrentes da contratação não previstos no orçamento prévio.

Contudo, impende lembrar que o Estado de São Paulo já editou normatização proibindo tal prática, coibindo com isso que muitos consumidores assumam mais esse encargo, o qual, em razão do grande número, representa significativa receita operacional das instituições bancárias.

Pelos motivos acima, solicito aos nobres Pares nesta Casa de Lei o apoio para aprovação deste projeto, que considero de grande importância para a população do Estado de Santa Catarina.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 252/11

Dispõe sobre o Comitê de Logística Reversa e dá outras providências.

Art. 1º Fica criado o Comitê de Logística Reversa com o objetivo de instituir estrutura voltada a definir política acerca dos resíduos sólidos e sua logística reversa.

Art. 2º Considera-se, para os efeitos desta Lei:

I - logística reversa, a definida na Lei Federal nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que disciplina os princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do Poder Público e aos instrumentos econômicos aplicáveis; e

II - resíduos sólidos, entre outros assim classificados pela normatização, pilhas, baterias, eletroeletrônicos, pneus e metais preciosos.

Art. 3º O Comitê de Logística Reversa será composto por:

I - um representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável;

II - um representante da Secretaria de Estado da Educação;

III - um representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

IV - um representante da Secretaria de Estado do Planejamento;

V - um representante da Secretaria de Estado da Infraestrutura;

VI - um representante da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca; e

VII - cinco organizações especializadas da sociedade civil indicadas pelo Governador do Estado.

Parágrafo único. Os membros não serão remunerados e terão mandatos de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 4º Dentre as atribuições do Comitê estão:

I - definir setores prioritários para atuação;

II - elaborar o Plano Estadual de Resíduos Sólidos conforme o disposto na Lei nº 12.305, de 2010;

III - instituir políticas de incentivo aos Municípios na realização dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, com apoio e acompanhamento das políticas públicas de logística reversa;

IV - fomentar a implantação de empresas para o reaproveitamento de resíduos;

V - definir parâmetros e locais para envio de resíduos sólidos;

VI - propor parcerias com catadores e cooperativas de catadores para facilitar o retorno do resíduo sólido;

VII - opinar sobre formação de parcerias com empresas públicas e privadas, incluindo ONGs e cooperativas, com o objetivo da destinação correta dos resíduos sólidos gerados;

VIII - incentivar parcerias por meio de convênios com a criação de centros de coleta, reciclagem e destinação adequada aos resíduos sólidos gerados;

IX - incentivar a montagem de armazéns para a realização de triagem e envio de resíduos sólidos; e

X - criar outras políticas que estejam vinculadas às suas prerrogativas.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de até cento e vinte dias da data da sua publicação, o qual incluirá o Regimento Interno do Comitê de Logística Reversa

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente
Sessão de 29/06/11

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresento à consideração dos Pares deste Parlamento visa dispor sobre o Comitê de Logística Reversa.

Com efeito, a Lei Federal nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, disciplinou os princípios, objetivos e instrumentos, bem como as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do Poder Público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Contudo, em Santa Catarina, orientações necessitam urgentemente ser implementadas pelo Comitê de Política Reversa, estrutura esta proposta à questão dos resíduos sólidos e sua logística reversa.

Ocorre que a logística reversa é a responsável por efetuar o fluxo inverso das mercadorias, sendo necessária para elaborar e executar o fluxo reverso de resíduos sólidos, do ponto de consumo até um local determinado.

Portanto, imprescindível a existência delimitada de uma estratégia para que se possa executar a coleta, o transporte, a armazenagem e, posteriormente, a destinação adequada para os resíduos, podendo, mediante o reaproveitamento, dar-se a reciclagem ou a destinação ambientalmente adequada de produtos perigosos.

Nesse sentido, o que se pretende é positivar na legislação catarinense o que é reconhecido pela legislação pátria, ensejando a criação de um Comitê específico, o qual certamente fomentará avanços para o Estado de Santa Catarina nesta área de logística reversa.

Destarte, é imperiosa a responsabilidade desta Casa de Leis na adoção de medidas legais que venham priorizar a matéria, de extrema importância à sociedade.

Assim, e por entender que o ordenamento a ser inserido mediante a proposição em tablado é reconhecido como necessário pela normatização e pelo anseio social, o que reflete na pertinência de ser inserida no ordenamento a regra proposta, solicito aos Pares desta Casa a aprovação da iniciativa que ora apresento.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 253/11

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetro de consumo global e por unidade autônoma de água nas edificações prediais verticais e dá outras providências.

Art. 1º É obrigatória a instalação de hidrômetro para a aferição do consumo global de água do condomínio e de hidrômetro por unidade autônoma para a aferição do consumo individual, nas edificações prediais verticais constituídas na modalidade de condomínio.

Parágrafo único. A obrigatoriedade prevista por este artigo deverá constar da planta hidráulica das edificações prediais verticais.

Art. 2º A exigência de disposição será implementada nas edificações a serem construídas após cinco anos a contar da publicação desta Lei.

Art. 3º O Poder Executivo promoverá a regulamentação acerca dos critérios de localização e de instalação dos hidrômetros, as condições de fiscalização e as sanções cabíveis em caso de descumprimento desta Lei, no prazo de sessenta dias contados a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente

Sessão de 29/06/11

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresento à consideração dos Pares deste Parlamento visa disciplinar a obrigatoriedade de instalação de hidrômetro do consumo global e por unidade autônoma de água nas edificações prediais verticais e dá outras providências.

Com efeito, constantemente se verifica a existência de distorções em relação ao efetivo consumo de água e ao valor pago pelos consumidores, ensejando a instituição de sistematização que venha possibilitar melhores condições de conferência, economia e a utilização adequada e responsável desse precioso produto.

O histórico de utilização da água, e os preços cobrados dos consumidores, ensejam extrema preocupação das instituições públicas, além da urgente adaptação de sistemas trazendo condições mais seguras de dosimetria da utilização.

Ocorre que a medida proporcionará também a identificação precisa quanto ao consumo de acordo com o número de usuários das unidades, inibindo, inclusive, eventuais desperdícios.

Ainda, cumpre enfatizar que legislar em matéria de saúde e assistência pública, meio ambiente a promover as condições das unidades habitacionais, é de competência desta Casa Legislativa, além do saneamento básico, a defesa do solo e dos recursos naturais e o controle da poluição.

Assim, solicito aos Pares desta Casa a aprovação da iniciativa que ora apresento.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 177/2011**

Declara de utilidade pública a Ação Social São Judas Tadeu, com sede no Município de Brusque.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Ação Social São Judas Tadeu, com sede no Município de Brusque.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 188/2011

Declara de utilidade pública a Associação Amigos da Cultura Mafrense, de Mafra.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Amigos da Cultura Mafrense, com sede no Município de Mafra.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 194/2011

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Pássaros de Luz, com sede no Município de Itajaí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Pássaros de Luz, com sede no Município de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***